

JOAQUIM IGNÁCIO DE CARVALHO FILHO

HOMEM DE BEM COMUM
(ENSAIO DE MEMÓRIA)

PRAEU
NATAL - 1987

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PROF. GENIBALDO BARROS

Reitor

PROF. DALADIER PESSOA CUNHA LIMA

Vice-Reitor

PROF. GERALDO DOS SANTOS QUEIROZ

Pró-Reitor de Extensão Universitária

PROF. JOSÉ LACERDA ALVES FELIPE

Diretor da Editora Universitária

JACINTA LEITE DE OLIVEIRA

Datilografia

Calagolação na fonte preparada pela Divisão de Processos
Técnicos da BC-UFRN

CARVALHO FILHO, Joaquim Ignácio de.

Homem de bem comum (ensaio de memória)
Natal, PRAEU, 1987.

123p.

1. Autobiografia. I. Título.

RN/UF/BC

87/06

CDU 920.91

ÍNDICE

PREFÁCIO A UM RESGATE

Alvamar Furtado de Mendonça

1. A Minha Formatura	21
2. O Grupo Escolar "Almino Afonso"	24
3. A Promotoria Pública do Assu	26
4. O Juizado Distrital de Jardim do Seridó	33
5. A Secretaria do Governo	41
6. O Juizado de Direito de Caicó	42
7. A Diretoria de Agricultura e Obras Públicas	53
8. A Comarca de Canguaretama	62
9. O Problema da Conservação de Cereais e Legumes:	
I - Sua Importância	70
II - Devíamos vender, mas compramos cereais	73
III - Métodos de conservação usados	77
IV - Ensaio na Paraíba e no Ceará	80
V - História dos silos na Paraíba	81
VI - Capacidade e condições de êxito do silo	83
VII - Silos em Itabaiana, Campina Grande e Pombal	84
VIII - O silo de Arara	85
IX - O silo de Borborema	86
X - O silo é de fácil construção	87
XI - Modificações a introduzir no plano do dr. Machner	88
XII - O que fará o Presidente Suassuna	88
XIII - O silo de cimento armado é um benefício aristocrático	89
XIV - Silos de ferro	90

XV - Silos em Rio Branco e em Princesa	
XVI - Os tanques do Seridó	
XVII - Conclusão	
10. Novamente Comissionado para o Departamento de Agricultura	
11. O Departamento da Fazenda e do Tesouro do Estado . Exposição de Motivos	
I - Sua importância	70
II - Devidas vendas nas companhias cereais	71
III - Métodos de conservação empregados	72
IV - Casas de farinha e os seus	73
V - História das silos no Brasil	74
VI - Capacidade e condições de fábrica de silos	75
VII - Silos em Igarassu, Capangas Grande e Pombal	76
VIII - O silo de barro	77
IX - O silo de portland	78
X - O silo de fácil construção	79
XI - Melhoramentos a introduzir no plano do fábrica	80
XII - O que faz o Presidente da Comissão	81
XIII - O silo de concreto armado e um modelo atualizado	82
XIV - Silos de ferro	83

PREFÁCIO A UM RESGATE

ALVAMAR FURTADO DE MENDONÇA

O Rio Grande do Norte não se destaca pela presença de grandes homens na história de sua vida pública. São poucos os que mereceram a memória do povo, que se atenua com o passar dos anos.

Não é possível compreender essa afirmação sem uma visão histórica deste Estado sem muito peso na avaliação das decisões nacionais.

Entre os esquecidos há uma personalidade marcante que, nesta oportunidade, se procura resgatar dos anos que se constituíram as primeiras décadas deste século. É época que se identifica pela presença republicana de Pedro Velho, Alberto Maranhão, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine. Não se pode esquecer, no devido tempo, José da Penha, que nos legou a participação do povo nas manifestações políticas. Um papel frustrado, é bem verdade, de tonalidades românticas e inseqüentes no contexto da realidade dos seus dias. Provocou um vendaval de paixões ocasionais, procurando substituir uma oligarquia estadual por uma federal.

Evidentemente, um elenco pouco numeroso de homens que se evidenciaram. Personalidades contemporâneas, mas nem sempre coincidentes no tempo ativo de suas vidas. Uns mais velhos, outros mais moços, mas todos atuantes numa fase característica daqueles bem definidos anos políticos que morreram com a Revolução de 1930.

Gerações de homens sizudos, formais e retratados nas dimensões de molduras pesadas, com suas imagens pensativas e solenes, decorando antigas paredes revestidas de papel em estilo "art nouveau", refletindo o gosto duvidoso da província. Se as coisas e modelos vinham do Rio, não se tinha o que discutir. Eram lindos. Ambiente cordial, de longas e preguiçosas conversas desde o cair da noite, nas calçadas, com cadeiras em volta, presidido por um ânimo sereno e familiar.

Poucos divertimentos para a cotidiana existência compromissada com a burocracia, de parques e nem sempre pontuais vencimentos. Ou as raras casas de comércio que se conduziam, quase sempre, entre pesados livros de contabilidade que mal oscilava entre as colunas de "deve" e "haver".

Comunidade que respirava à sombra de um paternalismo que lhe emprestava sua própria fisionomia social. Classes não bem definidas. A consciência política da Revolução Francesa chegava apenas ao conhecimento de poucos homens cultos, ou melhor, bem informados, através da leitura dos livros de Michelet, que aqui chegavam nas edições do Porto. Os reflexos da Revolução Industrial vinham de bem longe, dos centros fabris da Europa, que consumiam nosso algodão.

Eram poucos os rapazes que se bacharelavam na velha Academia do Recife ou colavam grau na Faculdade de Medicina da Bahia, deixando os corredores escolares precocemente velhos aos vinte e poucos anos, com suas escuras roupas de casimiras inglesas. Médicos de gestos estudados e de visitas profissionais solenes, curando mais pela presença mágica que pela terapia. Bacharéis de rebuscados discursos e arti-

ficiais atitudes.

Filho formado era o sonho dos patriarcas em botados pela ignorância ou pela distância dos centros maiores, de onde vinham as decisões políticas, sob a inspiração de Pinheiro Machado, até por volta de 1915. As roupas obedeciam ao corte "três chic" que chegava do sul ricocheteando o gosto parisiense. Sociedade quase fechada às invenções do mundo, cujos ecos chegavam das revistas da Capital Federal, como "O Malho", o "Fon-Fon" e "A Careta", nas charges irreverentes de J. Carlos, que percorriam longos dias nos navios de Loide, entre Rio e Natal. Poucos liam "Illustration Française", com meses de atraso.

Bons tempos. Uma sociedade que se quedava em fase de eleições, à espera da escolha dos candidatos a governador ou ao parlamento nacional entre as conversas de fim de tarde, em Palácio. Enquanto isso, ouviam-se as operetas de Franz Lehar e as valsas de Strauss.

Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, nascido em 1888, viveu a maior parte de sua vida nessa época em que os governantes e legisladores eram escolhidos com acerto por processos errados. Eleições de vico de pena, quando até os mortos votavam.

Meu contacto com o nome de Joaquim Ignácio deu-se por volta de 1962, quando do Seminário de Professores Universitários de História, em Curitiba. Nessa ocasião, eu e Moacyr de Góis assumimos, a quatro mãos, a missão de redigir uma comunicação na qual revelávamos o pioneirismo desse nosso conterrâneo, nos primeiros anos do século, quando estudou o Vale do Açu e sugeriu o aproveitamento das terras úmidas de forma revolucionária. O tema do Seminário

rio se prendia à posse da terra.

Vivíamos, então, tempos de agitação social, tu do era conduzido em ritmo tipicamente brasileiro de passio- nalidade coletiva, quando se ausentava o racional das solu- ções propostas. Argumentávamos que Joaquim Ignácio, naquele remoto 1915, sugeria Reforma Agrária como solução para os problemas do solo.

Não há dúvida que o conhecimento desse fato justifica plenamente nosso entusiasmo pelas colocações des- se nosso conterrâneo que se antecipou à Revolução de 1917 e à Constituição Mexicana. Registramos assim seu nome nos Anais do Seminário, a nível nacional, como um precursor.

Essa pista nos levou a sua surpreendente vi- da. Foi um incansável estudioso e pesquisador. Ao seu pa- ciente trabalho devemos uma cópia, manuscrita, do livro das sesmarias, que se deteriorava nos arquivos do Instituto His- tórico e Geográfico, numa contribuição inestimável à cultu- ra de nosso Estado.

Alguns de seus estudos foram reunidos em um volume, numa aplaudida iniciativa da Fundação "José Augus- to", sob o título: "O Rio Grande do Norte em Visão Prospec- tiva", em 1976.

Agora, por um feliz acaso, descobriu-se um ca- derno manuscrito, numa letra cursiva, registrando confis- sões de sua vida, suas idéias, alguns perfis, aspectos só- cio-econômicos, imensos e ignorados problemas e soluções propostas com lucidez.

Surpreende-se em tudo que pensou, estudou e

escreveu uma constante preocupação social, em meio a uma sociedade primária, indiferente e residualmente patriarcal, sem criatividade e pavorosa em seus hábitos, comportamentos e vivências. Daí a força que surge das memórias desse cidadão ilustre, exemplar, dinâmico, versátil e consciente do que podia e sabia fazer pelo seu Estado.

Sua leitura nos leva aos anos de sua mocidade, quando formou-se em Direito pela Academia do Recife, em 1908. Recorda com certa poesia o seu regresso pela Great Western. Olha a paisagem dos caminhos de volta, ressaltando o contraste dos canaviais pernambucanos, a fertilidade bem aproveitada das terras da Paraíba, com a "garrancheira" seca da caatinga, nas alturas de Nova Cruz. E numa forma simples e decepcionada, fala do que sente nesse primeiro contacto de bacharel novo com sua terra reencontrada. Com seus "olhos de incipiente observador" viu passar, com vago sentimento de tristeza, a longa planície de areia, os vastos tableiros mal vestidos por uma vegetação quase desértica. De repente que se desvaneceria ao chegar em Natal, quando sentiu a presença dos amigos, nos primeiros encontros, nas primeiras conversas. Num estado de espírito entre ingênuo e emocional sentiu o revigor das esperanças e a alegria da volta.

Evoca sua visita a José Augusto Bezerra de Medeiros, então professor do velho Ateneu, envolvido com as leituras de educadores e convicto da superioridade do sistema anglo-saxônico sobre as demais preocupações que futuramente motivariam sua marcante atuação parlamentar.

Completou seu regresso em Martins entre os seus, e ficou algum tempo hesitando entre ficar ou demandar para o sul do país. Vacilação típica entre os que se forma-

vam nos primeiros anos do século, face às poucas alternativas que se ofereciam aos portadores de diploma universitário.

Afinal, preponderou o apego à terra. Era o início da reforma do ensino primário, formulada desde a administração Augusto Lira, em 1905, do que nasceria a Escola Normal de Natal. Aceitou sua nomeação para diretor do Grupo Escolar "Almino Afonso", de Martins, onde permaneceu por pouco tempo, pois em 1909 já era promotor público do Açu.

Entre os afazeres do Ministério Público encontrou tempo para estudar o fenômeno das secas. Preocupou-se não só com a paisagem agredida, mas, sobretudo, com o martírio do homem. Nas suas constantes andanças a cavalo, estudou a força do Vale e seus inúmeros problemas, empolgando-se pela sua natureza e suas potencialidades.

É tocante sua consciência social revelada nos seus cuidados e abordagens. Em certo momento, exclama: "Vi precisamente e com a maior desolação a massa imensa do operariado rural, ignorante, mal vestido e mal comido, ganhando uma ninharia que só economizava até a noite do sábado próximo, em que se pagava de todas as canseiras de uma vida miserável, gastando, bebendo e dançando".

Reestimulava-se nos estudos de Felipe Guerra, Eloy de Souza e Manuel Dantas sobre as secas, e acrescentava seu interesse, observações e conclusões ao que existia esparsamente.

Na sua inconformação com a apatia do meio, ele desabafava: "Neste agoniado e vilipendiado nordeste brasileiro qualquer obra, qualquer serviço, qualquer melhora -

mento, tinha fatalmente de ser precedido de uma vasta, extenuante e pertinaz propaganda anterior".

Quando Ferreira Chaves assumiu o governo do Estado, em 1914, depois de uma campanha política sem precedentes pela participação popular de forma apaixonada, encontrou Joaquim Ignácio juiz distrital de Jardim do Seridô. Mais uma vez, entre as suas atribuições judiciárias volta-se, de forma curiosa e dinâmica, para os aspectos sociais e econômicos dessa região.

Na ordem de preferência dos setores administrativos, ele comenta: "Questão de ensino, da saúde pública, etc., eram importantíssimas e, sob certos aspectos cada uma sobreleva a outra, mas afinal libertar o nosso pobre homem que vive à margem dos vales encharcados, para libertá-lo da miséria orgânica a que o impaludismo, as verminoses o condenam; para arrancar as massas imensas de operários rurais acampados no interior, para arrancá-los da brutalidade e miopia a que os condena a ignorância em que vivem - era mister haver recursos e, portanto, a questão econômica tinha necessariamente, em tudo isso, uma importância capital".

Nesse entretanto, estudou os aglomerados nas feiras populares, o trabalho na roça, as formas de vender, comprar e permutar. Volta-se intensamente para o estudo e pesquisa do algodão "mocô" surpreendendo sua vitalidade, sua cultura, seu lugar destacado na economia estadual. Isso por volta de 1914.

Nesses anos distantes, já o seu perfil assumia as iniciativas em favor da economia do Estado tão pobre de valores na compreensão dos seus graves problemas, pre

cisando de esforços para exorcizar o efeito das secas.

Em 1916, participou da Assembléia Legislativa investindo sua larga experiência nos debates parlamentares em defesa de nossos interesses maiores.

Ao tempo da Grande Depressão de 1929, ele não se descuidava dos nossos problemas imediatos, enfocando a deficiência na área dos transportes, e enfatizava sua advertência: "Ao largo de toda cordilheira de Sant'Anna se perderam, por falta de transporte para capital, milhares de sacos de milho e feijão". Era a voz de Joaquim Ignácio sempre presente com sua crítica veemente e oportuna.

Numa de suas viagens pelo interior, defrontou-se com o Vale de Upanema e um novo trabalho surgiu de suas observações.

Quando em Caicó, como juiz da Comarca, atuava como jornalista nos jornais do Seridó, colaborando também na organização da Sociedade Educadora Caicoense.

Seus estudos sobre o algodão do Seridó deram-lhe renome, daí sua escolha para acompanhar a Missão Pearse, que veio ao Brasil, particularmente ao nordeste, estudar sua cultura.

Sua palavra ciceroneando e informando a importante Missão na sua atividade no Rio Grande do Norte, das conversas através de setenta e seis léguas, usando todos os meios de transporte disponíveis, vieram dar corpo a criação de uma estação experimental, visando a seleção de sementes e a adoção de novos processos de cultivo, objetivando maior aproveitamento de área de produção e de qualidade da fibra.

No relatório final, Arno Pearse, chefe da Missão, registrou sua presença e a contribuição em observações, experiências e conhecimentos técnicos de nosso contêrâneo sobre o assunto. Contribuição que muito influenciou na valorização do algodão "mocó" no mercado internacional, principalmente nos centros fabris, como Manchester e Liverpool.

Personagem estranho num panorama marcado pela monotonia e pobreza de iniciativa, pela rotina medíocre e acomodada.

Em dias de licenciamento de suas funções de magistrado, entregou-se ao estudo dos Vales da costa leste do Estado até os limites da Paraíba. Percorrendo-o em sentido contrário ao da jornada de regresso de 1908. Aquela visão de terras infecundas que desapontaram os olhos de sua juventude se transformava diante de suas novas observações de homem maduro, olhando o outro lado do caminho. As terras úmidas mudaram a antiga e equívoca impressão daqueles longínquos dias em uma realidade otimista. Seus enfoques competentes se estenderam do Vale do Pitimbu até Grajaú. Constatou mais de quarenta engenhos abandonados na verde paisagem de vales cercados de terras generosas à espera do amanhã e da disposição dos homens, cujo símbolo de inoperância se retratava nas chaminés apagadas em vastas áreas de potencialidades perdidas.

Em 1924, foi criada a Diretoria Geral da Agricultura e Obras Públicas e das conversas amenas da "Vila Cincinato" emergiu mais uma vez o nome de Joaquim Ignácio para o seu primeiro titular.

Nada faltou às suas anotações de vida. Até o traço humorístico das coisas e dos homens. Criticou a incom

petência dos órgãos federais que deslocavam do Rio para o Nordeste funcionários com a missão de combater as pragas dos algodoads. Ingenuamente, acreditavam que o "mocó" tinha asas e se dispunham a combater as pragas com injeções aplicadas em cada haste das plantas. E ele completa com uma certa malícia, comparando-os às lagartas rosadas que trocavam o capulo do algodão pelas fáceis verbas orçamentárias...

Seu conceito do social não o largava um só instante. Não perdia a oportunidade de verberar o abandono do trabalhador rural, entregue à sua própria sorte, na faina diária usando precários instrumentos de trabalho, condição agressiva e desrespeitosa à dignidade humana. Estava sempre inconformado com esse estado de coisas e condenava, com evidente coragem, as três ou quatro limpas que o desgraçado lavrador era obrigado a fazer na primitiva tecnologia que o uso da enxada tornava improdutiva.

Os seus pleitos eram por demais avançados para os padrões daqueles anos, e em seus antigos estudos de 1915, no Vale do Açu, propunha distribuição de terras ao trabalhador rural em forma de fazenda modelo, através de um plano que ia da organização do trabalho, novas técnicas de cultivo até a preparação de pessoal especializado. Integrava seus planos ainda pecuária e apicultura, na medida necessária para tornar cada fazenda numa entidade autônoma.

Um admirável e evoluído projeto assentado em terras devolutas, nos vales úmidos, sem omitir distribuição de sementes selecionadas para o impulso inicial. Não há dúvida, idéias muito além dos conceitos dominantes que encontrariam sua realidade no agreste úmido, nas várzeas do Açu, no Apodi e no Seridó.

Suas projeções para o futuro não omitiam os cuidados com o meio ambiente, reflorestamento e assistência às espécies vegetais destinadas a preservação de um pequeno patrimônio florestal. Incluía ainda a cultura da amoreira e o gado selecionado. Adotadas essas providências, pretendia transformar essas unidades rurais em centros educativos.

Eram sonhos de um homem que se motivava na confiança e na dignidade do trabalho humano, planejados em meio às expectativas de uma terra rica apesar de suas vicissitudes climáticas. Entretanto, tudo isso se esfumaça na descrença, na ignorância e no despreparo do poder público para receber e executar essas idéias.

Os intervalos de sua vida de magistrado eram espaços destinados à procura de novos e inéditos caminhos.

Eram tempos do primeiro pós-guerra que estavam a exigir a reconstrução de um mundo em que todos participassem, sem distinguir atividade produtiva ou região da terra. Não era mais possível repetir erros e omissões que determinaram tantos infortúnios. Tudo devia ser feito na luta pela prosperidade. Os anos vinte exigiam que os sonhos, por mais simples que fossem, se transformassem em realidade proveitosa.

Seu retorno à Comarca de Canguaretama, como juiz, deu margem a uma visita de estudos ao Vale do Curimataú, próximo das ruínas de Cunhaú, prolongando seus levantamentos até o brejo da Paraíba, numa análise comparativa das duas regiões. Nesse itinerário de estudos não escapou ao memorialista a beleza da paisagem percorrida.

Em sua ampla percepção não faltaram ânimo, nem curiosidade objetiva de repassar a conservação dos cereais e legumes que assumiam relevante importância na oscila-

ção dos períodos chuvosos e da dura estiagem, reclamando necessárias medidas para a sobrevivência das populações ru-rais.

Entre os estudos destinados à açudagem e aos meios de transporte, não lhe escapou também o problema das migrações sertanejas, o abandono das terras nas secas, o drama da família e ausência de braços nas eventuais colheitas.

Dentro do equacionamento dos seus estudos e planos essenciais à vida das populações, preocupou-se com a reserva de alimentação para enfrentar o imprevisível. Atingiu nos seus estudos áreas de vazante onde o trabalhador procura sua subsistência em tempos ingratos. A conservação do milho, do feijão, da farinha e da rapadura. A procura do equilíbrio entre a venda e a compra, entre o cultivo e a colheita para atenuar a incerteza do rodízio desafiador. Tudo sua vista alcançou com segurança, interesse e espírito social. Era, sem dúvida, uma reação contra o fatalismo sertanejo. Nesse mesmo sentido, o leque de seus estudos atingiu a construção de silos, o material empregado e a sua tonelagem ideal.

No que escreveu, nota-se a distância do pessoal e o predomínio do comunitário. A preocupação com o homem comum, mergulhado em condições subalternas de vida no interior esquecido e pobre. Longe da agitação do mundo e da evolução da tecnologia que se acentuou depois da Primeira Guerra Mundial, cujos ecos da reconstrução mal chegavam às ruas tranquilas de Natal.

Joaquim Ignácio de Carvalho Filho atendia sempre as convocações do Poder Público. Transbordava das páginas dos autos, da jurisprudência e das leituras doutrinã-

rias e ocupava os espaços vazios, no vasto sentido cultural, com a vitalidade de seu espírito especulativo e de sua pesquisa responsável.

A prova disso é que em 1925, mais uma vez, é convidado para assumir o Departamento da Agricultura. Fase de muita chuva, arrombamento de açudes, dessangrando a economia levando o Estado quase à ruína. Vivia-se intensamente a crônica gangorra dos anos chuvosos e estiagens violentas.

Nessa oportunidade, em meio a tão caótica situação financeira, Joaquim Ignácio é designado para constituir Comissão que se propunha a radiografar a economia e propor medidas corretivas para salvar o Rio Grande do Norte.

Desse exaustivo trabalho resultou reajustamento de serviços, reforma da máquina arrecadadora, definição de funções e atribuições, identificação dos setores da receita, despesa, expediente, contabilidade, tesouraria e Procuradoria Fiscal. Sugeriu a admissão no serviço público através do concurso aberto, o que representava uma revolução num sistema dominado pelo compadrio e influências pessoais que vinham de longa data.

Outra vez, sua competência e coragem levaram-no a outro sensível setor da máquina estatal - o Departamento da Fazenda e do Tesouro do Estado, onde havia despesas superiores às possibilidades da receita.

Durante quarenta dias mourejou nesse levantamento sobre um orçamento ausente da mais elementar realidade.

A contabilidade pública estadual, como observou o Ex-Governador Antonio de Souza, revelava que dificilmente a despesa que estava no orçamento correspondia a um

registro correto.

Tal quadro da situação espelhava um entendimento dominante no coronelismo do interior - "ora se tudo isto é meu, não vale tomar nota..."

O déficit de 1925 chegara a mais de dois mil contos. A administração autorizava despesa desconhecendo candidamente a situação real do erário. Um déficit desse para um orçamento de seis mil contos dava bem para entender a situação, na altura desse levantamento, as despesas do Estado atingiam a dois mil e trinta e oito contos, quando restavam em caixa apenas cento e quarenta e oito contos.

Há uma constatação dramática nesse balanço - os vencimentos do funcionalismo estavam atrasados os meses de maio, junho, julho, agosto e setembro. Desse detalhe frio e distante transparece ao longo do tempo percorrido, a figura típica de um burocrata estadual, simples e humilde até demais, resignado e sem revolta, meu pai, que nos anos de minha infância exclamava a todo instante: - Os tempos estão medonhos! Adjetivo que por todos esses remotos dias disse pensou consulta a dicionário, pois aprendi seu significado na sua fisionomia angustiada face às carências imediatas de uma família de classe média.

Do relatório final, correspondente ao período que vai de 1919 a 1924, se mostrava cruamente a situação estadual, com seus vícios políticos dominantes dessa fase republicana, que se sucediam, ano após ano, estimulando o mal do sistema, que não dava margem a identificação de responsabilidades pessoais. O tempo era assim mesmo.

Tal panorama ainda mais destacava a personalidade singular de Joaquim Ignácio, pelo seu espírito bandeirante, apontava deformações e sugeria caminhos. Era o rádio

logista e o clínico que diagnosticavam as mazelas e colocavam nas mãos do administrador o mapeamento da rota a percorrer na gestão da coisa pública.

Nesse afanoso trabalho, Joaquim Ignácio revolucionava os padrões administrativos. Não era apenas um magistrado íntegro, portava uma visão de estadista pela disposição de servir à comunidade, com um procedimento elegante e discreto. Sem agredir, sem responsabilizar levemente pessoas, cuidando de corrigir erros sistêmicos e não pessoais. Deu uma lúcida e mansa lição de vida pública.

Com sua ótica administrativa de fixação fotográfica na observação dos detalhes e dos pontos essenciais, indo bem além dos limites provincianos, merece o resgate a que se dispõem alguns professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

Nesse despretencioso caderno de apontamento de existência, de reminiscências valiosas, se identifica um depoimento esquecido há anos em mãos cuidadosas. É um documento para a história. Denuncia-se, acima de tudo, como uma atitude de amor às coisas e às pessoas que constituem o corpo e alma da terra comum.

Sem alarde, sem usar meios de comunicação estrepitosos, se oferece simplesmente como uma lição de amor ao trabalho pelo bem comum, sem demagogia. Uma prova de plena consciência diante dos deveres de cada um sob a avaliação da opinião pública. Um documento até certo ponto ingênuo, mas poderoso de ânimo e de autenticidade.

Em sua vida percorreu uma escala de funções e mandatos que inverteram a estrada percorrida pelos políticos em sua maioria. De Senador da República a Prefeito de

sua pequena cidade serrana, no distante oeste do Rio Grande do Norte, de onde saiu para viver e retornou para morrer, nela encontrou paz e carinho no crepúsculo de sua generosa existência.

Legou, sem dúvida, uma lição de civismo, mormente para os que ascenderam por força de um equívoco eleitoral ou por vocação legitimamente consagrada pela escolha do voto consciente.

A memória desse homem está sendo reavaliada em hora oportuna motivando uma necessária meditação sobre os padrões desafiadores e polêmicos de nossa vida pública.

1. A Minha Formatura

Cinco anos ininterruptos dos começos de março de 1904 a 15 de dezembro de 1908, eu levava freqüentando a Academia de Direito do Recife, no velho edifício, ligado à Igreja do Espírito Santo.

Precisamente naquele dia de dezembro, eu colara o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, e cogitava, agora, de voltar a minha terra, pensando em passar algum tempo no remanso da família, em Martins, para restaurar as forças combalidas pela luta que se encerrara e para organizar o plano de minha vida pública que ia começar.

Recordo bem que, ainda em fins daquele mês de dezembro, viajei para o Rio Grande do Norte, transportando-me para esta capital, por terra, pela Great Western.

Pela primeira vez tive de observar o litoral de leste do nosso Estado, e ainda conservo, bem vívida, na lembrança, a dolorosa impressão que me ficou naquele trecho da nossa terra percorrida, na velocidade do trem.

Deixara o Recife e atravessara as longas proções de terra da zona açucareira de Pernambuco, coberta de canaviais, espalhados, a esmo, em todas as direções, ao longo dos pequenos vales e trepados naquelas baixas colinas, tão propícias também, ali à agricultura, como as planícies.

Penetrara na Paraíba e notara que, se bem que menos gentil, em algumas regiões a terra ainda se apresenta

va dadivosa, e uma vegetação perenemente verde atestava ainda a excelência de um solo amigo.

Ao entrar no Rio Grande do Norte, naquele fim de verão, a impressão da garrancheira seca da catinga, pelas vizinhanças de Nova Cruz, começou a me desagradar, e foi, aos meus olhos incipiente observador, que vi passar, com um vago sentimento de tristeza, a longa planície de areia, os vastos taboleiros mal vestidos por uma vegetação quase desértica, cortados pela estrada e, vez por outra, por vales maiores ou menores, no fundo dos quais, numa faixa estreita se estiravam os canaviais circunscritos...

Destes vales, das suas possibilidades, da sua capacidade de produção nenhuma idéia segura se podia desenhara então, em meu espírito.

O que o avassalou, o que preponderou na rápida observação que vinha de fazer, foi a sensação da esterilidade destas vastas extensões de terra de taboleiro, onde nem ao menos uma gramínea suculenta repontava, impróprio, assim, também, ao pastoreio. Então nas proximidades de Natal, de Cajupiranga até a nossa capital, esta impressão desalentadora recresceu sempre.

Mas ao chegar a Natal, uma emoção inteiramente diversa. Era certo que o que acabava de presenciar atestava a pobreza do nosso solo, mas tudo isto era na verdade nosso...

Eu sentia que estava em casa, na minha, na terra de meus pais e de meus irmãos, e, provavelmente, que eu sentia agora, não era diferente do que sentem o modesto proprietário dentro da sua gleba modesta, que nem por ser humilde deixa de ser muito querida: é a sua terra, o berço de seus filhos, o túmulo de antepassados queridos, da

qual se é levado a ausentar-se materialmente, jamais conseguirá se deslocar espiritualmente.

Na rápida passagem por esta Capital, nem um só passo eu dei no sentido de encaminhar, pela maneira usada, então, pelos colegas, uma colocação: não me animara a requerer, ao Governo do Estado, uma promotoria qualquer a que devia ter algum direito. Não me pus, mesmo, em contacto com os governantes de então.

A minha lembrança conserva, porém, perfeitamente, as raras visitas que fiz nesta cidade. Entre elas, a que fiz a José Augusto, já então formado e professor do Atheneu. O jovem professor levou todo tempo a me falar das suas últimas leituras: era justamente o tempo em que ele esquadrinhava, em diversas direções, as monografias da chamada escola de Le Play e parava particularmente em Demoulin, para falar-me com entusiasmo na "École des Roches", nos motivos da superioridade dos anglo-saxões etc.

José Augusto já sentia borbulhar, dentro da sua alma, forte entusiasmo pelo problema educativo, a que haveria de dedicar, mais tarde, o melhor de suas energias.

A caminho da longínqua cidade natal, engastada no topo de uma serra no interior do Estado, de passagem para o Martins, demorei por alguns dias no vasto empório comercial, que era Mossoró, e por entre a lufa-lufa dos imensos comboios, vindos naquele tempo, de toda a parte do interior de três Estados, convergentes para a rumorosa cidade rio-grandense, recebi a dolorosa notícia do traspasso de pessoas queridas da família, quase simultaneamente desaparecidas do número dos vivos.

Assim, ao abraçar meus pais e irmãos, naquela manhã em que apontei a ínvia cidade serrana, em que decorre

ra a minha infância, um misto de mágoa e alegria nos invadiu a todos.

Chegara, porém, à casa paterna, ao término de uma longa viagem, encetada, havia dez anos, em 1899, quando, acompanhando meu pai, dirigi-me para a modestíssima Vila de Brejo do Cruz, do interior da Paraíba, e comecei a freqüentar o "Colégio Sete de Setembro".

Estava, agora, formado em direito e tinha diante de mim a incerta perspectiva da vida pública.

2. O Grupo Escolar "Almino Afonso"

Deliberara-se, em família, que eu passaria em casa, ao lado dos meus, o ano próximo de 1909. Precisava refazer as forças, restaurar o organismo algo combalido por insidiosa moléstia que me assaltara no último ano de peregrinação pela Academia. Foi pois, sem maiores relutâncias que acudi em aceitar a direção do Grupo Escolar "Almino Afonso" que em breve se inaugurava, no Martins, um dos primeiros que abriram suas aulas no Estado, demarcando a nova fase que se abria para a instrução primária.

O Diretor da Instrução de então, por intermédio do Dr. Antonio Soares de Araújo, juiz de direito da longínqua comarca sertaneja, solicitou os meus serviços na superintendência d'aquela estabelecimento de instrução na minha terra, e desde logo pus, durante o ano de 1909, os meus serviços à sua disposição.

Foi, assim, pela mão deste bondoso amigo, com assento presentemente em nossa Corte de Justiça, que eu tive de ingressar na vida pública.

Bendigo o destino que me compele a dar este balanço em minha vida e me proporciona também a mais enseja da oportunidade para testemunhar-lhe aqui, ainda uma vez, o meu inesquecível reconhecimento.

O Grupo Escolar foi realmente inaugurado em dias de Março de 1909 por José Augusto, que para isto fora comissionado. Comecei a trabalhar. A luta foi ingente porque não era de esperar em mim a preparação especial que facilitaria a tarefa. Tive de empregar o processo individual nas lições que eu tomava a quase todos os alunos da minha classe. Faltava-me, completamente, o conhecimento dos modernos métodos pedagógicos, quero dizer, a técnica para exercitá-los.

A esse tempo, também, a administração pública não dispunha do exército de técnicas de que dispomos presentemente, neste sentido. Digo exército de técnicas, porque estão realmente incorporadas ao patrimônio do Estado, algumas centenas de professores de ambos os sexos, que Pinto de Abreu, Manoel Dantas, mas muito particularmente e principalmente Nestor Lima, moldaram e prepararam.

Considero esta obra, como outras, entre as quais a notável construção econômica que a desajudada iniciativa particular vem realizando entre nós com o aparelhamento da açudagem, a mais solene demonstração da nossa capacidade administrativa e da potencialidade de organização e resistência de nossa gente.

Efetivamente. Em 1905, na administração do dr. Augusto Lyra, o dr. Pinto de Abreu fazia salientar a urgência da criação da Escola Normal, e ainda pelo dr. Lyra foi mandado organizar as plantas e orçamentos do primeiro Grupo Escolar do Estado, que a administração seguinte construiu. Daquele ano até agora, não se interrompeu mais o tra

balho, seja o da construção de prédios, seja o da preparação de professores. São vinte e cinco anos de ação contínua, produzindo muitas dezenas de confortáveis edifícios escolares e algumas centenas de professores devidamente aparelhados pela aprendizagem especializada.

Não preciso de atestado mais eloqüente do utilíssimo espírito de continuidade que pode animar os nossos administradores.

Reatando a minha narrativa, observo que é com imensa satisfação que registro ter iniciado a minha vida pública, empenhando as minhas energias na direção do Grupo Escolar de minha terra, justamente na aurora desta nova fase que estava assinada o ensino primário do Rio G. do Norte.

E a minha satisfação é ainda maior quando deparo hoje muitas daquelas crianças a quem guiei nos primeiros passos escolares, ganhando a vida em destacadas posições.

Mas teria de ser rápida a minha passagem por aquele estabelecimento de instrução. Dez meses de trabalho, e não mais duraria a minha estadia no Grupo, em que deveria ser substituído por Luis Soares de Araújo, que iniciava, ali, o seu generoso apostolado. Outros rumos tomava, naquele mesmo ano, a minha vida pública.

3. A Promotoria Pública do Assu

Durante aqueles dias de permanência no magistério primário, eu considerava continuamente onde e como orientaria de forma mais definitiva a minha atividade.

Confesso que o meu pensamento mais íntimo, mal disfarçado perante meus próprios pais, era deixar o Estado.

Eu não percebia como pudesse vir a ter a modesta colocação que qualquer filho do Estado, ao terminar o seu curso acadêmico, podia aspirar.

Sem relações na capital, habitante de um longínquo município sertanejo, sem a recomendação de uma situação política local, com uma boa parte de minha família no Estado a desfrutar as vantagens do ostracismo político, todo meu pensamento se concentrava em ir tentar a vida lá fora...

Disto se aperceberam sem que lhes desse nenhum aviso, alguns amigos distantes.

Em primeiro lugar o dr. Joaquim Hypolito Fernandes Pimenta, patrício que, mal se formara em medicina, se fixara em Caldas, no Estado de Minas Gerais. Em cartas reiteradas a mim e a meu pai, o amigo insistia em que eu aceitasse a promotoria daquela cidade mineira, e acrescentava: "em dezembro (1909) estarei por aí em visita aos parentes e quero voltar com o Joaquim que estará, a esse tempo, nomeado para Caldas".

Nesse entretanto, o dr. Bianor Fernandes Carneiro, então juiz de direito do Icó, em Ceará, me escrevia também e anunciava a minha próxima nomeação de Juiz Municipal, do termo de Pereiro, daquele Estado. Eu aceitasse se quizesse, dizia ele, mas para me resolver não seria necessário qualquer precipitação ou pressa: os mais longos prazos me seriam concedidos para ir tomar posse do cargo, para o qual fui efetivamente nomeado.

Devo dizer que me seduzia mais a perspectiva da colocação em Minas.

Foi ainda, porém, o meu prezado amigo dr. Antonio Soares de Araújo que decidiu essa situação, promovendo por um gesto de sua espontânea e exclusiva bondade, a minha nomeação para o cargo de promotor público da Comarca de Assu, deste Estado. Não mais tive, desde então, liberdade de pensar em desenvolver a minha atividade em outros meios distantes. Meu pai manifestou muito claramente o seu descontentamento diante da hipótese de minha ausência do Rio Grande do Norte. E eu fiquei.

Pelo futuro adentro nunca tive palavras bastantes para agradecer a Deus a sabedoria da inspiração paterna, pois na minha terra encontrei todos os elementos de que, na verdade, se poderia tecer a minha felicidade: o campo bastante para as minhas preocupações de bem estar pessoal e coletivo; a estima e consideração de meus patrícios.

Assim, quando para os fins daquele ano, Joaquim Hypolito vinha ao Norte e trazia a minha nomeação virtualmente feita, teve, apenas, de testemunhar a minha posse na promotoria do Assu, e o saudável termo judicial de Pereira, encravado naquela cordilheira do Camará, limites dos dois Estados, a qual tantas vezes contemplei do topo da Serra do Martins, ficou, debalde, esperando por nove ou dez meses, o seu juiz nomeado.

Por ato de 14 de outubro de 1909, fui nomeado promotor público de Assu; a 19 de dezembro do mesmo ano prestei o compromisso e entrei no exercício do mesmo cargo em que permaneci até 31 de dezembro de 1913: ao todo quatro anos e um mês naquele noviciado.

Não me seduziram, então, absolutamente as

perspectivas da advocacia naqueles tempos, advocacia que, ainda hoje não é defesa aos representantes do Ministério Público.

Preferi concentrar a minha atividade no estudo, entregando-me às mais variadas leituras nesse tempo, e, como insensivelmente somos arrastados a examinar aquilo para que os nossos pendores íntimos nos arrebatam, eu lia particularmente tudo que se relacionava com o problema das secas, que tão de perto nos dizia respeito.

Procurei saber o que se afirmava da causa do nosso grande martírio secular e dos meios alvitrados para debelá-lo, ou atenuar-lhe os efeitos.

Depois o interesse que estas causas me despertaram, já pelas leituras mas já principalmente pelo espetáculo de miséria a que ficavam reduzidos os meus pobres compatriotas com o advento de uma destas crises climatéricas, me levaram a fazer uma outra série de estudos mais sérios, e, para mim, mais empolgantes.

Fui, então, atraído pela contemplação direta do problema, pelo menos no meio limitado em que eu me agitava.

O exercício do cargo público em que me encontrava proporcionava-me, como é bem de ver, longos momentos de folga que eu utilizava andando, viajando, observando. Esquadrinhei, então, toda região convizinha do grande vale do Assu: da sua parte superior em S. Miguel do Jucurutu a Canto do Mangue em pleno Oceano; da cordilheira do João do Vale, aos pendores da serra de Sant'Anna voltada para o Norte; dos taboleiros e várzeas dos municípios de Sant'Anna e Assu às salinas e alagadiços de Macau; das vertentes principais, tributárias do grande rio - o Paraú, o Patachoça, o

Caraú, ao cerrado das grandes picadas e catingas desabitadas que enfaixam a nossa costa setentrional e constituem, ainda agora, as reservas promissoras da nossa economia futura.

Observava a terra, e observava o homem.

A terra eu observava pelo seus índices mais seguros, vendo-a desabrochar em frutos opimos nas amplas várzeas de aluvião riquíssimo, parcamente cultivadas, estendendo-se em léguas de uma planície igualmente fértil, mas abandonada, jamais tocada pela mão do homem, utilizada ainda num rude e primitivo pastoreio.

Eram os lindos algodoais nos diminutíssimos terrenos cultivados em face das grandes extensões de várzea, inteiramente incultas e completamente abertas à criação do gado...

Era uma vegetação possantíssima de oiticicas seculares, juazeiros perenemente verdes, quixabeiras enfolhadas, canafístulas ramalhudas, atestando a pujança admirável de uma terra virgem...

Depois as imensas possibilidades dessas outras extensas faixas de terra nas catingas, tão suscetíveis de serem aproveitadas no plantio do próprio algodão, como do milho, do feijão...

Por si só, o grande vale do Assu se me apresentava com a sua significação econômica e social tão destacada dentro do Nordeste seco, como o maior em importância depois do Jaguaribe, no Ceará.

Eu percebia agora o significado da palavra profética de Roderic Crandall, e sentia recrescer em mim o

entusiasmo pela nossa grande vertente.

Mas observei também o homem, e o vi proprietário, criador ou agricultor, repetindo as mesmas práticas que a tradição do silvícola lhe legara ou que o jesuita ensinara por todo o Brasil.

Vi precisamente e, com a maior desolação, a massa imensa do operariado rural, ignorante, mal vestido e mal comido, ganhando uma ninharia que só economisava até a noite do sábado próximo, em que se pagava de todas as canseiras de uma vida miserável, gastando, bebendo, dançando...

Compreendi que todo o progresso daquela futuríssima região estava naturalmente dependente, em primeiro lugar, de um amplo sistema de irrigação, porque ali também, como nos Estados vizinhos, "o maior mal era a seca, a falta d'água", consoante o singelo e expressivo dizer de Philippe Guerra.

Mas para amenizar os seus desastrosos efeitos, além destas providências condizentes com os vastos suprimentos d'água, originadas dos açudes e poços tubulares, impunham-se muitas outras medidas. Todas elas foram por mim estudadas e examinadas com o senso das realidades, sob um ponto de vista a que não se poderá negar a preocupação de exeqüibilidade e coerência.

Porque no alvitrar qualquer solução eu não fui atrás de exotismos escusados, e, ao contrário, jamais me aparteí da contemplação direta do nosso caso, já esclarecido por uma multidão de fatos cada qual o mais abonador.

Estes fatos já haviam sido revelados no Rio Grande do Norte, de maneira insofismável por Philippe Guerra, Eloy de Sousa, Manoel Dantas e alguns outros.

Mas na longa série de artigos que fiz para "A Cidade", "O Mossoroense", o "Nordeste", e "A República", jornais todos estes do Estado, eu não tinha a pretensão de dar solução para assunto de tamanha monta.

A minha preocupação era mais modesta e nem por isso de todo desvaliosa.

O que eu desejava e procurei fazer publicando depois até uma monografia sobre o "Baixo-Assu", foi agitar o problema, invocar para ele as atenções dos administradores e dos técnicos no estudo pormenorizado e criterioso da nossa baixa fonte do Assu e na elaboração de um plano de aparelhamento do vale, suscetível de ser posto em prática com a sucessão dos tempos.

Porque bem cedo me compadeci de que um povo que quer progredir, é que terá de manifestar de forma positiva esta determinação própria, e, mais do que em qualquer outra parte deste País, neste "agoniado e vilipendiado nordeste brasileiro", qualquer obra, qualquer serviço, qualquer melhoramento tinha fatalmente de ser precedido de uma vasta, estenuante e pertinaz propaganda anterior.

Eu julgava, assim, cumprir o meu dever para com a minha terra.

Eram estas as minhas preocupações; foram estes sempre os meus pensamentos e atos durante o tempo em que me mantive no Assu.

À frente do Ministério Público daquela comarca sertaneja, pautei sempre todos os meus atos pelas normas da justiça e da moralidade, de que a consideração, com que todos os meus patrícios dali me alentam, é, para mim, um seguro penhor.

Ali não deixei um só desafeto, e isto ressaltou não porque julgue a existência de uma desafeição um sintoma desabonador para o indivíduo. É que nunca me restou tempo para tricas, tão estranhas ao meu feitio moral. É que já àquele tempo me parecia que havia causas mais importantes para absorver a atividade bem intencionada de um modesto trabalhador embora fossem comuníssimas e muito naturais questiúnculas pessoais de toda localidade "deste vasto sertão mal roçado que é o interior do Brasil".

Em fins de 1913, estava eleito governador do Estado para o período que se ia abrir em 19 de janeiro de 1914, o então senador dr. Jm. Ferreira Chaves, e o novo governo veio apanhar-me já, fora da comarca do Assu. O dr. Alberto Maranhão, governador, que findava o seu mandato, fizera, dentro de cinco anos sucessivamente por três vezes, a minha nomeação para cargos públicos diferentes: diretor do Grupo Escolar do Martins, promotor público de Assu e agora juiz distrital de Jardim do Seridó.

4. O Juizado Distrital de Jardim do Seridó

A cinco de janeiro de 1914, prestei, no Acary, sede da Comarca a que pertencia o distrito de Jardim do Seridó, o compromisso e entrei no exercício do cargo de juiz distrital daquele município sertanejo, em que permaneci até fins de março de 1918.

Durante quatro anos e três meses exerci ali a minha judicatura, trabalhando diariamente porque, na verdade, ainda mesmo que se tenha de exercer um cargo semelhante no mais modesto dos termos judiciários do Estado não faltará, todo dia, coisa a fazer, desde que o juiz freqüente o cartório e examine, com cuidado, os diversos aspectos da

sua administração judiciária. São os inúmeros inventários e partilhas que precisam ser promovidos e ali montavam de trinta a quarenta por ano, desde os mais modestos arrolamentos aos maiores inventários. São os casamentos, dentro e fora da sede do distrito. São as causas civis e comerciais, menos numerosas, é certo. São as arrecadações, as prestações e tomadas de contas a tutores e curadores. São os processos crimes muito numerosos e muito trabalhosos, no ouvir testemunhas, no prepará-los para o juri. É a presidência deste, no mínimo duas vezes por ano. É uma série imensa de petições a despachar sobre variados assuntos, dizendo respeito à administração judiciária em geral. São os julgamentos próprios do distrito. São os feitos em substituição.

Em uma palavra: o juiz em querendo trazer todos os serviços em dia, não se descuidando dos seus imensos afazeres, não poderá se ausentar do seu distrito, sem grave prejuízo, por poucos dias. Nunca o fiz, sem passar legalmente o exercício do cargo, de licença.

Tenho a consciência tranqüila e descanso na certeza íntima de que durante todo tempo de minha magistratura em Jardim do Seridó, cumpri com serenidade e segurança o meu dever.

Além deste testemunho inapreciável - aí está a população daquele município - que se manifesta pelos seus órgãos mais destacados, no comércio, na agricultura, nas várias atividades em geral; aí está também a opinião espontânea, o conceito em que me envolveram sempre carinhosamente - os meus colegas, juizes singulares ou membros do Superior Tribunal de Justiça.

O certo é que apesar de muito mais sobrecarregado de serviços agora no exercício do cargo de Juiz Distrital do que no de Promotor Público em que estivera até bem

pouco tempo, eu não poderia me libertar das minhas preocupações de outra natureza, do exame da situação social e econômica do meio em que me agitava para dar, também neste sentido, toda colaboração de que era capaz.

O meu feitio mental bem cedo me dissera que a cima de todos os problemas estava o da ordem pública, mas para mantê-la era indispensável a reserva de dinheiro com que deveriam se manter e ser remuneradas as autoridades, juizes, etc. que a definiam e a força pública que a assegurava

Dissera mais que a questão do ensino, da saúde pública etc, eram importantíssimas e sob certos aspectos cada uma sobrelevava a outra, mas afinal para libertar o nosso pobre homem que vive à margem dos vales encharcados, para libertá-lo da miséria orgânica a que o impaludismo, as verminoses o condenam; para arrancar as massas imensas de operários rurais acampados pelo interior, para arrancá-los da brutalidade e miopia a que os condena a ignorância em que vivem - era mister haver recursos e, portanto, a questão econômica tinha necessariamente, em tudo isto, uma importância capital.

Sempre julguei, porém, uma coisa absolutamente sedição - esta discussão em torno da preeminência deste sobre aquele problema por parte de quantos apenas gastavam o seu tempo em versá-los teoricamente, podendo, embora minquadamente, fazer alguma coisa de positivo e tangível.

Na verdade o que existe é uma série de problemas igualmente fundamentais exigindo uma solução conjunta.

Pareceu-me sempre que esta solução dependia de uma ação contínua e persistente, inspirada sobretudo num sincero e constante desejo de progresso, numa fé irreduzível na superioridade dos nossos destinos.

E, animado por estes pensamentos, continuei a trabalhar, cumprindo da maneira por que se me oferecia, o que julgava ser o meu dever.

Datam deste tempo as minhas observações sobre a atividade agrícola da região, no centro da qual eu viera morar - o Seridó.

Era em 1914. Ano dadivoso para o sertão. Eu não me cansava de acompanhar, especialmente nestes dias de reunião semanal que são os das feiras sertanejas, a faina daqueles rudes e honestos trabalhadores. Vi-os muitas vezes também dentro de suas roças humildes e vi-os no aglomerado destas ocasiões de compras e vendas e permutas.

Para logo me convenci da importância da cultura do algodão e do decisivo papel que este produto seria chamado a desempenhar no aparelhamento da região. Aprofundei mais o meu exame, e com a arma divinatória do bom senso e da sábia experiência dos matutos, apreciadas por mim à luz de outros ensinamentos, lobriguei as virtudes prodigiosas peculiares a terra na produção de uma das mais generosas e mais nobres variedades de algodão do planeta, ali então cultivado.

É deste tempo - a minha publicação sobre a terra e o algodão seridoense; são desse tempo os meus trabalhos sobre a necessidade de ser salvaguardado o patrimônio que ali possuíamos resgatando da degenerescência a que estava condenado - o primoroso algodão. Estávamos agora em 1915. O que foi esse ano terrível para o sertão do Nordeste, só o pode contar quem sentiu de perto, envolvido na crise, e esteve em meio às aflições que uma das maiores calamidades de terminou, de repente, ao interior dos Estados flagelados.

Os campos ficaram quase completamente despovo

ados de gado; e as populações famintas abalaram para o litoral.

Certamente o espetáculo mais doloroso de quantos presenciei, consistiu na movimentação macabra daquelas multidões que se deslocavam da sua terra e no passo trôpego das caravanas maltrapilhas, sujas e famintas, mulheres, moças, homens moços de olhar embaciado, velhos e meninos, procuravam todo se abrigar nas cidades a beira-mar, nos brejos paraibanos, nos vales sempre refertos d'água do litoral.

A fome batera à porta de toda esta gente que com os olhos marejados de lágrimas deixara a casa humilde para vadear a pé enxuto, queimando as plantas na areia escaldante, pela última vez, (quem sabe?), o riacho bem próximo, aterrado de não correr.

A travessia era penosíssima pelas longas estradas, que assim se batisavam os meandrosos trilhos sertanejos; e além da fome e da nudez, havia assim a distância a vencer.

Mas aquela gente estava, na verdade, separada de tudo por uma distância ainda maior: trezentos anos de isolamento e de abandono separavam-na da civilização que tumultuava lá fora e já dera o automóvel, o aeroplano, o rádio, todas as grandes rotas marítimas, o prodígio da química industrial, a maravilha da máquina a serviço das mais variadas atividades humanas.

Depois de se repetir por inúmeras vezes - o terrível cataclisma - dentro do nosso período histórico, as populações do interior morriam ainda a fome pela própria impossibilidade do transporte dos gêneros de alimentação mais necessários!...

Então, com o meu empenho de sempre, estudei a situação dos transportes no Estado: o transporte no dorso de animais, em carros de bois, o transporte fluvial, em estradas de ferro, em automóveis, e publiquei o meu trabalho sobre "Transportes no Estado", reproduzido em artigos seguidos n' "A Imprensa", jornal que se editava nesta capital.

Com a elucidativa comparação do preço destes diversos sistemas de transportes, com a descrição da situação de emperramento criado pela morosidade do transporte nos estreitos caminhos sertanejos, eu invocava a atenção dos administradores de toda espécie e lhes sugeria as medidas mais aconselhadas em toda parte, e por toda parte postas em prática para conjurar semelhante empecilho ao desenvolvimento social em geral.

E foi grande o meu interesse neste sentido porque, no ano seguinte, em 1916, eleito deputado ao Congresso Legislativo do Estado, agitei o assunto naquela Assembléia, pronunciando discursos e apresentando um minucioso projeto em que propunha todas medidas que, dentro da modéstia dos nossos recursos, podíamos encaminhar com a finalidade benfazeja de começar a dotar o Estado de um melhor sistema de transportes.

As coleções de "A República" registram esta minha atividade que nem por ter sido pouco considerada no momento, a tenho por desproveitosa e menos honrosa para mim.

Considero que a minha rápida passagem naquele biênio legislativo pelo nosso Congresso Estadual, não se assinalou pelo silêncio e pela improdutividade absoluta: dentro daquele projeto estavam incluídas muitas das medidas hoje postas em prática em vários Estados, ou sejam para a construção e conservação das estradas, ou sejam para sua ex

ploração.

Da deficiência dos nossos transportes, bem maior naqueles tempos do que atualmente quando ainda são condenadas a se perderem algumas dezenas de milhares de sacos de milho e feijão ao longo de toda cordilheira de Sant'Anna como sucedeu em 1929 pois o transporte para esta capital era mais caro do que o preço alcançado pelo produto na praça, conservo a lembrança pelas viagens que era obrigado a empreender para esta cidade ou para Mossorô em visita à família.

Tinha de vencer sempre, debaixo de sóis escaldantes, pachorrentamente, duzentos e cinquenta a trezentos quilômetros.

Foi numa destas viagens que eu tive de entrar em contato com uma outra região do Estado para onde, desde os tempos longínquos da colônia, se fizeram um certo afluxo humano, seduzidos os povoadores pela vastidão dos belos campos abertos ao pastoreio.

Refiro-me ao Vale do Upanema. Derivando das proximidades da Serra do Patu, o mais importante tributário do Rio Mossorô, isto é, o Rio Upanema desliza por muitas dezenas de quilômetros em pleno sertão de pedra, para afrontar, de repente, abaixo do Carão, e pouco acima de Poço Verde, o grande maciço da catinga, entestando o planalto terciário que se desata em amplas curvas tracejadas para o Nascente e Poente e que, pelo viso da serra da bacia Brava ou pelo alto da chapada de S. Sebastião, interna-se para o Assu ou para Caraúbas.

Mas a partir da Várzea Redonda, de Conceição para cima, as várzeas se dilatam mais que em outro qualquer lugar do vale, num crescendo admirável até a Rua da Palha,

das várzeas amplíssimas do Carão às planuras admiráveis do Poré.

Neste sítio está precisamente o local para o grande reservatório do precioso líquido, vasto armazém que ali se propicia para beneficiar, do mesmo passo, o Baixo e o Superior Vale do Upanema. Ali bem próximo, talvez em Poço Verde, está o ponto em que, mais dia menos dia, a energia humana terá de vencer a bruteza de uma natureza madrastra, represando as grandes massas d'água que poderão resgatar para o trabalho produtivo e organizado - até as maiores porções das terras muito boas da catinga adjacente.

Sob os mais variados aspectos examinei esta promissora vertente, em que se vinha de projetar alguns serviços, organizando a monografia que li perante a Diretoria da "Defesa do Nordeste", sociedade que Philippe Guerra, Rosado e outros haviam fundado em Mossoró e cuja patriótica e humanitária ação eu queria fomentar.

Mercê destas minhas sugestões que o Município de Mossoró, então dirigido pelo Coronel Francisco Motta, deu a maior divulgação; mercê do apostolado de Rosado e Philippe Guerra, o vale do Upanema foi convenientemente estudado, a sua bacia devidamente examinada e o seu problema mais ou menos definido por profissionais, entre os quais merece destaque pela probidade de suas conclusões, o inolvidável americano, dr. Guilherme Brown.

Deste modo é que eu ocupava o meu tempo; absorvido nestas coisas, o lazer que se oferecia após o cumprimento de todos os deveres inerentes ao exercício do cargo que ocupava, era sempre na propaganda do que dizia respeito ao progresso do meu Estado, que eu sentia não ter agruras, e só encanto e suavidade, o meu trabalho.

Deixei o cartório de Jardim do Seridó inteiramente organizado, com todos os feitos classificados e catalogados, todos os seus autos examinados. Nem um feito antigo, recente ou contemporâneo a minha gestão ali permaneceu sem o competente andamento.

Rendo aqui a minha homenagem à probidade e operosidade do venerando auxiliar que ali tive, o tabelião e escrivão Florentino de Azevedo Cunha, a quem não tenho palavras bastante para expressar o meu comovido e sincero reconhecimento.

Quatro anos e três meses de permanência naquele distrito judiciário sertanejo, estavam decorridos, quando fui surpreendido pelo convite do então Governador do Estado, o Desembargador Ferreira Chaves para o alto posto de Secretário Geral do Estado.

5. A Secretaria do Governo

Por ato de 18 de março de 1918, dr. Chaves nomeou-me realmente para exercer, em comissão, o cargo de Secretário do Governo, e a 6 de abril do mesmo ano me achava no exercício das novas funções que deveria desempenhar por espaço de tempo reduzidíssimo.

O Governador do Estado em breve estava certo de que, apesar de eu não me eximir de prestar, em qualquer posto, os meus serviços ao Estado, tudo em mim convergia para a não interrupção da carreira que abraçara - a magistratura; e, assim, logo que se deu a vaga da comarca de Caicó, eu fui inteirado de que ela teria de ser novamente provida por mim.

Deliberei voltar logo ao sertão de onde tinha

vindo, porque não me parecia que a minha atuação na Secretaria naquele findar de governo, pudesse ter maior irradiação e também porque percebia que, só com graves prejuízos para o andamento da justiça, poderia ficar, durante longos meses, acéfala, uma das mais importantes comarcas do Estado, que assim era e é a de Caicó.

A 19 de junho daquele ano, dois meses apenas de estadia na Secretaria fui nomeado Juiz de Direito de Caicó, mas a 15 de julho somente é que prestei o compromisso perante o Superior Tribunal, entrando em exercício da minha nova judicatura para os fins daquele mês.

Considerarei sempre o gesto amigo do Desembargador Ferreira Chaves como a emanção espontânea de sua bondade e como um forte e generoso estímulo para prosseguir em meus intuitos pela abonadora comprovação da retidão de minha conduta que recebia, através da alta distinção que me conferia um dos mais probos e operosos administradores do meu Estado, em todo o período republicano.

6. O Juizado de Direito de Caicó

Cinco anos e cinco meses durou a minha judicatura em Caicó. Dos começos de agosto de 1918 a 31 de dezembro de 1923 estive à frente da administração da justiça naquela empolgante comarca sertaneja que abrangia além do distrito-sede, os de Flores e Serra Negra. Os meus trabalhos eram agora cada vez mais vultuosos, mas ainda assim me sobravam lazes para fazer assídua colaboração no "Correio do Seridó" e posteriormente no "Seridoense", onde abordava sempre assuntos de interesse geral, particularmente referentes às condições em que se desenvolvia a atividade rural daquela região do Estado, que se afirmava, como outras poucas zonas,

em nítido destaque dentro do Nordeste.

Os cartórios do três distritos de que se compunha a comarca atestam de maneira eloqüente - o vulto dos serviços realizados então, pois observo ainda que o trabalho não faltara jamais, todo dia, a um magistrado num modesto distrito, quanto mais em três, formando uma comarca de grande importância. Tudo depende, de certo, da movimentação que for dada à administração da justiça.

Serviço idêntico ao que realizei em Jardim do Seridó organizando o cartório, revendo todos os feitos findos e pendentes, classificando-os e catalogando-os cronologicamente, foi realizado sucessivamente em Caicó, Serra Negra e Flores.

Nunca furtei a minha colaboração em todos os movimentos em prol da terra, trancando-me na inércia e como dismo da exclusividade das funções de um cargo, já aliás de si bastante para consumir uma atividade bem intencionada. Fundei com Celso Dantas, Pedro Militão, Janúncio Nóbrega e outros a "Sociedade Educadora Caicoense", que ainda hoje, além de outros benefícios que vem prestando ali, mantém uma biblioteca, aberta diariamente à frequência pública.

É claro que não estou aqui enumerando atos de benemerência por mim praticados para atribuir aos mesmos importância superior a que eles tiveram na verdade, nem muito menos me tornar credor das considerações ou proventos de quaisquer ordens.

Do merecimento do que fiz tenho a justa e perfeita medida. Creio que a minha ação ficava mesmo muito aquém do que muitos outros conseguiram realizar, e, de certo, e para felicidade do pobre Rio G. do Norte, muita gente se preocupava, na medida de suas forças, com os seus desti-

nos, com o futuro de sua terra, sem ter mesmo da responsabilidade direta das coisas, isto é, pela simples condição de ser filho do Estado.

Por outro lado, também, não fui eu, não me sinto ainda agora, amplamente compensado de todo o serviço que tenho realizado, de todas as energias que tenha dispendido - com as distinções recebidas e com a remuneração que o Estado pôde me atribuir, como a um dos seus servidores constantes?

Não foi portanto pensando em compensações materiais naquele tempo, nem muito menos para esperá-las e aceitá-las hoje que por longos dias, por exemplo, me expus ao sol e às fadigas de toda sorte, acompanhando, guiando, orientando e fornecendo dados de vária natureza à Missão Pearse em toda a zona do Seridô.

Seja-me permitido falar mais demoradamente sobre a importante visita que, ao Seridô, fez a ilustre Missão algodoeira.

Quase ao findar a segunda década do mês de julho de 1921, aportava ao Caicó, vinda já de Caraúbas, Mossoró e Assu, a missão algodoeira internacional, chefiada pelo Sr. Arno Pearse, Secretário Geral da Associação de Fiandeiros e Tecelões de Manchester, a qual já percorrera diversos Estados brasileiros.

Tratava-se, no conceito de especialistas e interessados no assunto, de um acontecimento de importância excepcional, definida pela significação do estudo da cultura e indústria algodoeiras, feito, diretamente, em nossas regiões produtoras por individualidades, cuja palavra era muito acatada nos grandes centros compradores do mundo.

Era preciso prodigalizar todo auxílio em prol do bom desempenho da missão, seja que ele viesse dos particulares produtores e industriais, ou por parte dos administradores e responsáveis pelo progresso dos municípios da região.

O nosso povo, já por aqueles tempos, vivia muito desconfiado e descrente de quaisquer iniciativas estranhas no sentido de ajudá-lo em seu labor, e ninguém ignorava a álgida frieza ou a finíssima ironia com que ele recebia certos personagens que se intitulavam fomentadores oficiais da nossa agricultura

No entanto era preciso facilitar quanto possível todas as observações que a Missão julgasse oportunas e fornecer todas as informações que parecessem dignas de interesse. Apercebendo-me disto, e atendendo ao apelo que me fizeram o Presidente da Intendência de Caicó e outras pessoas de responsabilidade daquela cidade, deliberei-me a acompanhar os excursionistas dentro do Seridó, facilitando-lhes a viagem, invocando-lhes a atenção para os diversos aspectos do problema algodoeiro, servindo-lhes de introdutor diante dos agricultores e industriais da região, que eu tinha a fortuna de conhecer em sua maior parte através de um contato de quase oito anos de permanência naquelas paragens do Estado.

A viagem se prolongou por sete dias, perfazendo um total de setenta e seis léguas, das quais vinte e uma vencidas a cavalo e cinquenta e cinco a automóvel. Foram atravessadas para perto de setenta propriedades, tendo a Missão feito observações mais demoradas em dezoito delas.

O sr. Pearse era um profissional de renome, com duas viagens à Índia, uma ao Egito, outra ao Sudão e com o conhecimento direto do grande parque algodoeiro ameri

cano. Acompanhavam-no técnicos suíços e representantes de casas alemães, bem como um representante do Centro Industrial Brasileiro e o Chefe do Serviço de Algodão no Brasil - o sr, Coelho de Souza.

Observaram a nossa terra, as várzeas, os baixios e os taboleiros; o tipo de algodão cultivado, sua longevidade e sua produtividade; a resistência, maciez, cor e tamanho de sua fibra; o seu rendimento em lâ; os métodos de trabalho e as diversas condições em que se realizava este; a situação do trabalhador; o custo final da produção.

Iam aos descaroadores e procediam ainda a minuciosos exames; sindicavam sobre os detalhes do negócio de algodão, sobre os meios de transporte e o seu custo.

De tudo foram convenientemente informados, fornecendo-lhes eu o croquis do Seridó que o sr. Pearse reproduziu depois em seu primeiro livro sobre "Algodão Brasileiro", e uma boa parte das observações que no mesmo registro sobre a laboriosa terra seridoense, eu sugeri, de tudo ele dá testemunho.

Não me posso furtar, aqui, ao prazer de consignar, embora em ligeiros traços, as conclusões mais gerais e mais interessantes a que chegou a Missão.

A primeira e mais importante observação a que esta gente devia dar o prestígio de sua autorizada recomendação consistia na necessidade de ser salvo o primoroso algodão Mocó, ameaçado de degenerescência pela hibridação a que estava sendo condenado. Efetivamente o sr. Pearse que, ao chegar a Caicó, talvez impressionado com a beleza de algum espécime de algodoeiro riqueza puro, existente no Assu como sobrevivência de uma importação de sementes feita ali em 1885 ou 1886, tinha na mente a vantagem do cruzamento do

do mocó com o que ele chamava verdão, falou-me, em Cruzeta, pela primeira vez, na conveniência de ser fundado, ali, um campo de sementes, nos terrenos a jusante do açude ali em construção, suscetíveis de irrigação. Valia a pena encarregar um profissional competente que viesse morar no campo, de fazer a restauração do primitivo algodão Mocó. Será, acrescentou-me ele, uma das sugestões que farei em meu relatório do sr. Simões Lopes, Ministro da Agricultura, pois in calculáveis serão os benefícios que advirão um dia quando houver um fornecimento de semente para o plantio, que garan tirá, ao mesmo tempo, a melhor qualidade da fibra e a sua maior uniformidade.

E concluía com o bom senso e a prática que ti nha destas coisas contempladas em tantas partes do mundo, o campo de experiências que se fundasse aqui com este objetivo, poderia tornar-se autônomo e poderia também fazer a introdução do aperfeiçoamento na descaroçagem.

Ora, em matéria de tanta relevância, em assunto de seleção algodoeira para cujo êxito se exige antes de tudo a competência especializada de um técnico que reúna também as inapreciáveis qualidades de perseverança e probidade profissional, nada tínhamos organizado, constituindo por isso uma coisa louvável e digna de nota, os esforços que o Coronel Francisco Raymundo, proprietário da Fazenda Epinal, no Acari fazia neste sentido, os quais nem por serem empiricamente norteados, deixavam de apresentar certo interesse.

Foi nessa fazenda que a questão do plantio do algodão em pleno taboleiro, mesmo pedregoso, se apresentou com a sugestão das grandes possibilidades que ela assumira ainda em toda aquela zona.

O sr. Pearse já havia medido, em pleno Seri-

dô, fibras de algodão com 50 milímetros de extensão, mas transpostos os vales da Dominga e S. José já constatará tam bém a justeza das considerações que lhe fizera inicialmente, isto é, que para a excelência reconhecida do nosso alggão concorria fatores de natureza variada - a terra, o clima, a qualidade do algodoeiro.

As terras agricultadas no Seridô são muito estreitas, mas são anualmente renovadas com os depósitos de limo das enxurradas. Descansam e se conservam porque não suportam invernos longos que lavam o solo, exaurindo-o.

Mas a virtude preexcelente dos baixios seridoenses consiste na umidade segura que os refrigera, por efeito de uma providencial disposição das rochas que, aparecendo destro e na largura de todos os rios seridoenses, formam verdadeiras barragens submersas que, mantendo muito superficial o nível das águas subterrâneas, permitem, do mesmo passo, as magníficas vazantes nas areias e os algodoais perenemente verdes dos baixios.

Acresce ainda que os terrenos do Seridô, por isso mesmo impróprios até certo ponto para a cultura de cereais são mais ou menos impregnados de certos sais, não bem estudados ainda, mas datados de reconhecidas propriedades higrométricas que de par com outras não bem reconhecidas ainda e só entrevistadas pelo povo, são absolutamente salutares à vida do algodão mocó.

Este sim, assegurava eu, é o grande general da zona limitada pela envergadura possante das serras que azulam ao longe em grandes curvas, na qual descem o Sabugi, o Barra Nova, os rios do Seridô e d'Acauã, os rios do Quimporô, do Meio e da Vaca-Brava.

Afirmou-se pela sua longevidade, frondoso, arbus-

tivo e produzindo durante vinte e mais anos, mercê das virtudes já sabidas da terra e de uma particular disposição do seu ultra-potente sistema radicular, que permite a sua prodigiosa raiz central com vinte e muito palmos de comprimento ir buscar, nas profundezas da terra, o elemento vivificador máximo - a umidade.

Demais, dizia eu ainda ao sr. Pearse, o algodoeiro mocó bate todos os records em rendimento, pois sabe-se que uma toceira do mocó tem fornecido dez quilos em uma safra. Assim devidamente povoado um roçado, não seria exagero admitir que um hectare irrigado poderia fornecer até 2.500 quilos de algodão em caroço anualmente.

Já se podia assegurar que, nesta área, com os invernos normais, ele produzia em muitos casos 1.600 quilos e até um pouco. Ora, disto a Missão veio a ter a prova evidente em diversas ocasiões e particularmente na propriedade "Fazenda Velha" do distrito de Parelhas.

Mas não era tudo. O que assombrava, realmente, era a percentagem de lã, descaroçada que o mocó podia fornecer. Nos melhores distritos algodoeiros do Seridó tem-se verificado que, precedendo um certo cuidado na colheita, por cada porção de 380 quilos em caroço é possível retirar 126 quilos de fibra. Esta por sua vez é extremamente delicada e preciosa, porque é macia, lustrosa, forte e admiravelmente comprida, prestando-se com vantagem às mais sérias exigências da indústria de fiação.

Temos, insistia eu, ainda um outro aliado valeroso da nossa cultura algodoeira - o clima. O algodoeiro mocó não gosta de muita chuva. Ama a umidade em seu tronco, mas isto mesmo de maneira sóbria. As chuvas abundantes são lhe são próprias durante dois ou três meses para enzairá-lo, para revesti-lo da luxuriante folhagem anual. E era, e

é o que secede, em regra, naqueles escaldados sertões do Seridó, que tão mal impressionam aos observadores superficiais. Aquele ano de 1921 tivera em maio, os últimos registros pluviométricos sérios. Compreende-se, positivara eu, que isto era de vantagem incalculável, porque os casulos do algodão vêm abrir quando já não chove e faz um sol escaldante.

Mas não eram só desta natureza as informações que eu julguei dever fornecer para uma verificação exata posteriormente. Temos, acrescentei também, malbaratado tudo isto criminosamente. A terra extremamente subdividida entre pequenos proprietários está em poder de homens dotados de uma alta capacidade de trabalho, que despendem uma estupenda energia física, sem uma compensação relativa porque o trabalho não está inteligentemente organizado. Não temos um serviço de seleção de sementes, nem um aparelhamento de luta eficaz contra as pragas algodoeirias. Não temos senão rudimentos de cultura agrícola. Falta-nos o crédito e a mais elementar noção de contabilidade agrícola.

A Missão presenciou tudo isto, e verificando as grandes possibilidades de desenvolvimento em uma zona certamente limitada de uma das mais nobres variedades da preciosa malvacea no mundo, formulou os seus conselhos a respeito, as mais altas autoridades a que podia dirigir-se neste País.

Daí o empenho do serviço de classificação do algodão posteriormente mais manifestado pelo Ministério da Agricultura; daí a preocupação da fundação de uma Estação Experimental do algodão no Seridó. Daí a origem de outras providências administrativas, e até o incentivo talvez de nobres e madrugadoras iniciativas particulares convergentes para o mesmo objetivo, como a do Coronel Fernando Pedrosa que patrioticamente vinha se esforçando, gastando energias

e dinheiro no Estado, na elevada empresa de acreditar a nos sa lavoura básica.

Mas um resultado mais imediato tinha de sair da palavra prestigiosa de técnicos tão expertos e com tanta irradiação nos mercados compradores ingleses: o algodão do Seridó, modesta região do pequenino Rio Grande do Norte lograra definitivamente ser distinguido em Liverpool, e completamente identificado passou a ter cotação especial.

Bastantes vezes, pelos tempos que se seguiram, eu experimentei a satisfação íntima de ter modestamente embora, colaborado de alguma forma em tudo isto, sem que me julgue com direito a compensações especiais por um serviço a que está obrigado todo aquele que o puder prestar a sua terra.

Os dias se passaram, e no segundo semestre de 1923, devidamente licenciado deixei o exercício do meu cargo de juiz de direito de Caicó para fazer uma estação de reposo no litoral do Estado. Vim quase diretamente a Canguaretama, de onde, mal haviam decorridos alguns dias, iniciei uma peregrinação em que eu teria de realizar o forte desejo, tão antigamente acariciado, de conhecer, em todos os seus detalhes, o litoral úmido do meu Estado.

E percorri, então, todos os vales que ficam ao sul desta capital, desde o Pitimbu até o Guaju. Visitei, na época em que se fazia colheita, quarenta e poucos engenhos, no Catu e Curimataú. Observei a faina das moagens, a fundação das novas safras, a natureza das terras, as culturas acessórias, a condição do trabalhador, que vi empaludado e verminado, vencendo um minguado salário e cultivando nos ariscos, diminutas faixas de terra com a mandioca sem-vergonha. Diz-se, assim, porque esta se dá em qualquer terra, e pela maneira por que se comporta diante da formiga.

Mas o que muito me interessou também, desde logo, foi o regime de águas, a questão das inundações e o do encharcamento crescente de muitos dos vales, onde agora se estadeiam as altas chaminés apagadas de muitos engenhos, evocando apenas uma quadra feliz de atividade rumorosa.

Oportunamente descerei à descrição detalhada do que vi e observei naquele tempo, bem como ao exame do que, desde então, me parece mais urgente encaminhar para a grande transformação que esta região do litoral úmido comportará em um futuro mais ou menos dilatado.

O certo é que o resto do ano de 1923, eu o gastei inteiramente absorvido nestas excursões pelo agreste, por iniciativa própria e as minhas próprias expensas.

Surgira o ano de 1924, e com ele se iniciava também a administração do dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, que, durante anos seguidos, continuara da tribuna da Câmara dos Deputados, o seu apostolado em prol da causa da educação nacional, iniciado aqui, em seu Estado, da cátedra de professor do Atheneu riograndense.

A lei nº 568 de 19 de dezembro de 1923, criara a Diretoria Geral de Agricultura e Obras Públicas, destinada a superintender os serviços constantes da lei do orçamento então vigente sobre as rubricas Obras Públicas, Escola Agrícola de Jundiá, Agricultura e Pecuária, Almojarifado Geral do Estado e Serviços Urbanos - e mais os que vieram a ser criados no interesse do desenvolvimento econômico do Estado.

A criação deste novo órgão da administração pública no Rio G. do Norte já fora, na verdade, inspirada pelo governador eleito, dr. José Augusto, que, trinta dias depois da sanção desta lei, assumira o governo, e me convi-

daria, como fez a Nestor Lima e a Silvino Bezerra, na mesma ocasião, em um pequeno terraço da Villa Cincinato, para, respectivamente, Diretores das Obras Públicas e Agricultura, da Instrução, e Chefe de Polícia.

7. A Diretoria de Agricultura e Obras Públicas

Pareceu-me, e ao próprio governo parecia então, que em havendo recursos de que fosse possível dispor, a Nova Diretoria estava reservado um papel saliente na administração do Estado, e seria, decerto, por intermédio dela que maiores benefícios poderiam vir a ser prestados ao Rio G. do Norte.

Efetivamente muita coisa restava, e resta ainda hoje, a ser empreendida com o fim de fomentar a nossa lavoura e a nossa criação; muita coisa restava a prover em matéria de organização das nossas Obras Públicas. E - o que é melhor - parecia-me que uma boa parte do que pensava ser começado dependia, não tanto de vastos recursos com que aliás não era lícito contar, mas principalmente de organização dos serviços de modo a utilizar-se os elementos de que se dispunha com o rendimento máximo pelo seu criterioso e racional aproveitamento.

Demais processava-se evidentemente um sensível aumento nas rendas do Estado e seria de crer que algumas quantias a mais poderiam ser destacadas para novos empreendimentos.

Animado por esses pensamentos, acedi ao convite de dr. José Augusto que, por ato de 19 de janeiro de 1924, me nomeou para exercer, em comissão, o cargo de Diretor Geral de Agricultura e Obras Públicas, prestando naquele mesmo dia o compromisso e entrando no exercício das no-

vas funções. Tudo estava por fazer em relação ao novo aparelho administrativo. Não havia sede, nem regulamento interno para a nova repartição, nem o plano geral da sistematização dos diversos serviços que lhe ficavam agora afetos.

Assim eu tinha naturalmente de me entregar nos primeiros tempos, devo dizer mesmo nos primeiros dias, a esse trabalho de arranjo da repartição, que começou a funcionar nos dois acanhados compartimentos em que até então se instalara a Inspetoria de Higiene, no pavimento térreo do Palácio do Governo.

Em 19 de fevereiro, o Governador do Estado, usando da sua atribuição constitucional e tendo em vista o disposto no art. 49 da lei aqui citada, expediu o decreto sob o nº 224, que mandou observar o Regulamento para a nova Diretoria.

Ficavam agora definidos os fins e os detalhes de organização desta; as atribuições do Diretor Geral e de cada um dos seus auxiliares; as condições de nomeação, promoção, substituições, licença e demissões; as obrigações comuns aos empregados; as penas disciplinares etc.

É bem de ver que a elaboração de um regulamento desta natureza, simples e facilmente moldável em qualquer outro de repartições congêneres, não me daria maior trabalho.

Trabalho mais sério, sim, eu deveria ir encontrar e realmente defrontei-o durante todo mês de janeiro da quele ano, na elaboração do plano geral de sistematização e completa definição de todos os serviços que a Diretoria deveria empreender. Eu procurava assim, dar satisfação ao inciso do art. 4 da Lei nº 568 que mandava sistematizar todos os serviços a cargo da nova Diretoria.

Ora, eu conhecia bem a terra, o povo, a sua economia, os recursos financeiros do Estado, e por isto devia ser em harmonia com estes diversos fatores e circunstâncias que eu me abalançaria a traçar qualquer plano de ação. Era este igualmente o pensamento da administração a que estava emprestando a minha colaboração. Sempre pensei que não devíamos nos arriscar em empreendimentos grandiosos, delineados em programas pomposos, copiados de outros meios cujas condições são diferentes das nossas, e que por isto representariam programas apenas destinados a aumentar as coleções de regulamentos sem execução pela impossibilidade material de promovê-la.

Tínhamos diversos serviços em início que passavam agora a ser superintendidos pela Diretoria: cumpria dar-lhes a maior eficiência possível; havia novas coisas a empreender para começar a grande revolução que se deverá operar nos métodos de trabalho rural:urgia que isto fosse feito com toda prudência não só envertendo modestas quantias nesta tentativa como principalmente dirigindo-a com o bom senso e critério indispensáveis para restabelecer a confiança do povo em serviços que só para os efeitos de uma burocracia lastimável o governo federal, principalmente, de raro em raro, procurara realizar.

Ninguém prestava a menor atenção a certos funcionários da Inspetoria Agrícola, despachados intactos do Rio de Janeiro com o fim de fazer demonstrações agrícolas, encaminhar a defesa do algodão etc. À parte alguns funcionários interessados que tinham no entanto a ação manietada por circunstâncias várias, o que aparecia era de causar riso.

Foi por entre estrepitosas gargalhadas da assistência que, em Caicó, ouvi certa vez, um encarregado de

"Serviço de Algodão", no coração da zona produtora do Algodão Mocó, revelar a mais crassa ignorância da proveniência desta variedade da nossa malvacéa e afirmar que o mocó voa va! O homenzinho ignorava por que motivo se dera aquele nome ao algodão do Seridó e até a existência do animal que é assustadiço roedor habitante dos nossos serrotes.

De outra vez, e não faz muito tempo, outro espécime desta natureza, subtraído à mania ambulatória na Avenida Rio Branco do Rio de Janeiro, preconizou o emprego de uma injeção na haste do algodoeiro para imunizá-lo da broca, e limpando um campo a ser plantado mandara fazer uma coivara de beldroegas... O povo, que se vingava do imposto que paga va rindo-se das estapafúrdias lembranças destes representantes da proteção oficial á nossa agricultura, dera-lhes o epíteto de lagartas rosadas.

E eram mesmo lagartas rosadas de nova espécie. Apenas em vez de buscarem o capucho do algodão, elas eram diretamente orçamentívoras.

Eu via e sentia tudo isto, e assentei que seria preferível nada fazer a tentar fazer qualquer coisa expondo-me a este ridículo. Deliberara-me afinal a lutar e a empreender alguma coisa. Sabia que ia amargar com a dificuldade inicial da falta de gente habilitada, com idoneidade profissional e senso administrativo; mas não desanimei.

As minhas idéias naquele tempo continuam ainda agora, a povoar o meu cérebro, e mais intensamente.

Sempre me pareceu que um dos maiores entraves a organização mais lucrativa da nossa lavoura, estava nos emperrantes processos de capinação porque, além do dispêndio considerável com as três ou quatro limpas que o lavrador era obrigado a fazer, e, desde que se continuasse a em-

pregar, neste mister, a enxada, era absolutamente impossível avolumar a nossa produção diante do invencível esforço físico que seria preciso empregar. A massa de trabalhadores, de que dispunhamos, não podia, com os elementos com que jogava, produzir mais do que fazia, e só pelo barateamento das condições de produção poderia esta oferecer maiores compensações ao rude operário rural. Também este tinha direito de aspirar um maior conforto físico e o amelhoramento da atmosfera moral em que vivia, garantido por uma situação econômica mais compatível com a própria dignidade humana.

Urgia assim dar início à grande transformação que, decerto, não poderá se operar de repente e como por encanto, saindo perfeita e acabada da cabeça dos nossos administradores, que não poderão reproduzir ao sol hilarante do nosso século o prodígio mitológico. Esta transformação, pensava eu, haveria naturalmente, de se operar em nossos processos de cultivar a terra, mas só se tornaria sensível pela generalização das novas práticas com o evolver dos anos, e quanto mais se demorasse o início da campanha, mais distanciados ficaríamos da vitória que há de coroar os mais modestos e os mais altos esforços feitos com este fim.

O meu plano assentava fundamentalmente na criação de algumas fazendas. Pois um simples homem do campo, desajudado e pelo simples esforço próprio não chega a adquirir um pedaço de terra e não consegue, com vagar, cercá-lo, cultivá-lo, açudá-lo? E não faz tudo isto, e não provê a sua subsistência com os recursos que a terra lhe fornece?

Por que o Estado, que em muitos casos já possuía a terra, não poderia também ter as suas fazendas que viessem a prescindir dos auxílios do Tesouro e se tornassem

até autônomas?

A lavoura básica era a do algodão, que ainda hoje ele é que fornece tudo não só ao proprietário, como ao rendeiro, ao parceiro, ao morador, ao comerciante, ao agente de transporte, aos donos de descarçagens, as modistas, ao Tesouro do Estado, ao pessoal que lhe movimenta a máquina administrativa.

Assim, em cada fazenda, seria cultivada uma área de 90 hectares de algodão, milho e feijão sem o rigorismo dos processos de aração profunda, gradeamento da terra etc., utilizando-se em todo caso, os capinadores mecânicos; mas em uma área menor, de 10 hectares seria ensaiado um trabalho completo.

A produção obtida na área maior, num regime de parceria semelhante ao praticado normalmente em todo Seridó, era destinada a ajudar ao custeio da propriedade; mas o trabalho desenvolvido na área menor não teria esta finalidade. Nesta, a terra seria cultivada com todas as recomendações e exigências do trabalho científico, com o objetivo, em relação ao algodão, de fazer a fixação de variedades mais conveniente à região que a fazenda superintendesse. Esta fixação seria o resultado da distribuição da boa semente produzida, e seria, de certo, nesta pequena área que se deveria enfrentar o trabalho de paciência e probidade profissional que os americanos chamam breeding.

Confesso que uma das melhores esperanças com que estas propriedades me acenavam, era a possibilidade da formação das turmas de aradores que dentro em um decênio deviam inundar todo Estado, levando a todas as propriedades particulares, a notícia das vantagens da lavoura mecânica, e a possibilidade de ser ela posta em prática por estas criaturas que aprenderam lutando, trabalhando, vendo, prati

cando.

Ora, ser-me-ia necessário alongar muito além da exigência de brevidade desta narração, e descrição do plano que tinha em mente com estas fazendas, que deveriam se localizar no agreste úmido, nas várzeas do Assu e Apody e no Seridó, para poder dar uma idéia mais nítida do papel que elas seriam chamadas a desempenhar em nosso Estado. Nelas deveriam existir viveiros para o granjeio de espécies vegetais destinadas a servir de base para formação de um modesto patrimônio florestal, quando as madeiras de construção já eram e são caramente importadas. Nada impedia que em cada uma destas fazendas, ou em algumas delas, se fizessem ensaios de culturas novas, ou que se tornassem elas - os naturais fornecedores de mudas de fruteiras, da amoreira. Era do meu plano que nas mesmas se ensaiassem a apicultura que eu vira, com tão bons resultados e com um tão diminuto emprego de capital, posta em prática no brejo paraibano, e em que o dedicado Emilio Schenk punha as melhores esperanças acentuando que "se há país na terra, apropriado a apicultura, é, de certo, o Brasil, com sua majestosa flora e seu incomparável clima, que mesmo nas zonas mais quentes, promete rica e ampla colheita".

Ainda nestas fazendas deveriam permanecer reprodutores de gado.

Em suma o que eu pretendia era tornar cada um destes estabelecimentos, verdadeiros núcleos educativos.

De duas coisas estou inteiramente certo: primeiro - que não há originalidade, nem novidade neste plano; segundo - que quando se tiver de fazer alguma coisa séria a respeito, será ele adaptado em suas linhas gerais.

Novidade não podia haver sobre assunto tão

versado por interessados em nossa agricultura.

Que o caminho será este - em traços gerais apontado, di-lo a experiência, di-lo-á o futuro.

O que eu queria era começar a percorrer este caminho; era emprestar todas as minhas forças, a dedicação que o amor por estas coisas gerou em mim, em prol da lavou-ra e da criação do meu Estado, que do seu seguro desenvolvi-mento sempre se me afigurou depender um maior conforto e consequentemente a felicidade dos meus compatriotas.

Mas eu apontei também o meio prático de se ga-rantir a drenagem permanente dos nossos vales úmidos, de que terei oportunidade de falar mais a vagar, estabeleci as bases do auxílio e assistência à açudagem particular no Es-tado; simplificava o processo administrativo da concessão das terras devolutas; sistematizava a perfuração de poços tubulares com a organização de duas turmas; estabelecia nor-mas que o tempo vai mostrando serem necessárias para o ser-viço de construção e conservação das estradas de rodagem; cuidava da salutar e salvadora providência da conservação de cereais e legumes pelos silos de diversas natureza; coor-denava o serviço de algodão então a cargo do Estado, estabe-lecia providências para o combate a formiga, ao quarto-in-chado, ao mal triste etc; provia sobre o estabelecimento de um registro de ferro e sinais e sobre os inconvenientes da abusiva marcação a fogo; dava normas para a execução de to-das as obras públicas etc.

Não continuarei a enumeração que vinha de fa-zer dos serviços que a Diretoria de Agricultura e Obras Pú-blicas, deveria superintender. Mencionei apenas alguns, os bastantes para dar a impressão dos meus intuitos em face do encargo que me havia sido cometido em inteira consonância

com todo meu passado de preocupação com as coisas que entendiam verdadeiramente com o progresso de minha terra.

Faço, porém, questão de acentuar que no adotar estas providências, no sugeri-las ao governo, eu jamais me separei do senso de nossas realidades, já para recomendar coisas destituídas de significação, já para aventurar a administração em empresas que não estavam em nossas forças.

Eu timbrei sempre em dispor todos os serviços de maneira que eles fossem realizados com o menor sacrifício financeiro possível, utilizando-se apenas as reservas modestas que o Estado licita e normalmente pudesse inverter nos mesmos.

Porque - e é esta ainda a minha persuasão - o mal não está tanto na pequenez dos recursos com que pudermos contar para tais ou quais serviços, como na aleatória e improdutiva aplicação dada a estes recursos. A incôgnita do êxito depende, assim, do aproveitamento máximo destes recursos para consecução do maior rendimento possível do trabalho realizado.

Com esta orientação, que deve abrolhar do coração pelo bom desejo de bem servir à causa pública, se os recursos forem grandes - o resultado será também vultoso, e se forem pequenos, pequeno será também o resultado materialmente obtido; mas incontestavelmente será um resultado também, e um passo dado. O essencial é que a viagem seja empreendida: uns caminharão, então, a passos largos, outros a vagar, mas todos chegarão também a meta desejada.

Eu ia tendo a felicidade de começar no Rio Grande do Norte a grande jornada renovadora, mas as contingências humanas não me o permitiram. Olhando, em torno, vejo hoje que desgraçadamente ainda não nos foi possível fa-

zer exceção a maioria dos Estados brasileiros, imersos num estado comatoso, com a sua produção hibernada pela primitividade dos processos culturais, pelas verdadeiras fintas de alguns tributos exigidos, pela avidez dos intermediários na sua distribuição e pela verdadeira extorsão dos transportes, até bem pouco tempo discricionariamente tarifados.

É que na realidade nada me foi possível fazer de prático a respeito de tudo quanto me parecia devermos em caminhar sobre a nossa agricultura e criação. O meu plano, em 1924, nem ao menos logrou oportunidade de ser decretado pelo governo e eu depois de um mês e treze dias de permanência na Diretoria, tive de abandoná-la porque a administração solicitava agora os meus serviços na Comarca de Canguaretama, restaurada naquele momento.

8. A Comarca de Canguaretama

Por ato de 13 de fevereiro de 1924, o exmo. sr. Governador do Estado fez a minha remoção da Comarca de Caicó para a de Canguaretama, restaurada por decreto da mesma data, e no dia imediato entrei no exercício das minhas novas funções, nas quais permaneci até 7 de Março de 1925, quando fui novamente comissionado para o Departamento de Agricultura e Obras Públicas.

A antiga comarca de Canguaretama havia sido suprimida pela lei nº 538, de 29 de novembro de 1922.

Fundas desinteligências se haviam criado ali, no distrito judiciário sede; perturbações da própria ordem pública naquele município se vieram acentuando de uma forma sabida, de todo mundo conhecida neste Estado.

Para os fins da administração do dr. Antonio

de Souza, o próprio exercício do poder municipal se fazia ali anormalmente, pois de um lado se encontravam intendentes amparados por um habeas-corpus do Superior Tribunal de Justiça, e do outro intendentes prestigiados por atos do Governo do Estado. Ambos estes grupos disputavam a administração municipal, e a série de fatos prejudiciais decorrentes desta incerteza, comportaria uma narração mais longa que não me cabe aqui empreender.

O certo é que em virtude deles, evidentemente, já se dera até a supressão da comarca.

O dr. José Augusto considerou que os interesses da justiça estavam sacrificados com esta situação em Canguaretama: restaurou a comarca e removeu-me para ela.

Na ordem administrativa municipal o governo do dr. José Augusto conseguiu dentro em pouco tempo, restabelecer a normalidade, pois com a renúncia das pretensões de ambos os grupos políticos que se degladiavam em Canguaretama, foi eleita uma nova Intendência escolhida entre os elementos moderados de todos os partidos, que passou a administrar com a confiança e apoio geral.

Não pretendo fazer aqui, pois disso não tenho necessidade, um exame detalhado do que a seu tempo se chamou - o caso da Penha, nome porque também é conhecido o município de Canguaretama.

Observo, apenas, que procurei cumprir o meu dever, como sempre, no exercício de Juiz de Direito daquela comarca, e tenho tranquila a minha consciência, dizendo-me esta que me posso alegrar por ter prestado, com a aplicação serena da lei, o melhor de todos os serviços, porque só a observância inflexível do direito pode apaziguar espíritos conturbados, os surdos ou ruidosos antagonismos locais que

a inimizade e a política apaixonada dos campanários geram.

Conto ainda ter oportunidade de voltar a falar mais a miúdo sobre a minha atuação durante esses quase treze meses passados naquela cidade, debruçada sobre o futuro vale do Curimataú, bem próxima das ruínas do Cunhaú, onde vicejou um dos primeiros engenhos da capitania pela excelência de um solo fertilíssimo, cujo primaço, em todo agreste úmido, ainda não pôde ser arrebatado.

A comarca voltara à paz, à normalidade de sua vida costumeira, e eu teria de me deixar empolgar nas folgas e férias, que devia desfrutar, pelas preocupações de sempre.

Nutria, desde muito tempo, um forte desejo de conhecer diretamente o Brejo paraibano, a sua terra, o seu suprimento d'água, as suas culturas, a condição do seu trabalhador etc. O meu objetivo principal visava a uma comparação entre aquela rica e feracíssima região do vizinho Estado ao Sul - e a zona do nosso litoral úmido, provido de vales refertos d'água, mas inexplicavelmente incultos em grandes porções.

Do Brejo paraibano eu ouvira constantemente falar durante dez anos de permanência no Seridó, onde nos anos maus, mas principalmente nos bons de inverno entravam no passo remorado dos comboios, dezenas de milhares de volumes de farinha, milho, feijão e rapadura, comprados naquele celeiro paraibano.

Queria, porém, examiná-lo de visu, e perquirir porque ali se desenvolvera tão promissora a agricultura, e aqui, à margem de rios e vertentes perenes tateávamos esmorecidos..

Confesso que tenho aprendido muito, o melhor do pouco que sei, nestas observações que logo submeto a meditação. Não me perco em fantasias inúteis. Tenho o ambiente de minhas cogitações sempre adstrito ao que vi. E de real, de coisa verdadeiramente possível, tenho visto e ante visto tanto a ser desvendado fatalmente em futuro não muito distante, que não tenho necessidade de sonhar embalado a penas neste lirismo piegas que embevecido apesar da fome o devora, conta a grandeza dos rios e cascatas, dos mares e praias e florestas e estrelas e céus do Cruzeiro...

Foi, assim, com a finalidade de aprender, de formar em meu espírito o justo conceito em que devia ter as possibilidades de minha terra pelo cotejo com outras, que visitei em 1924 a Paraíba, a sua capital, a zona brejosa e a região intermédia de ambas; admirei o surto de progresso material da cidade, já então beneficiada por um novo sistema de abastecimento d'água e de esgotos sanitários completos e perfeitos; tratei os seus homens mais representativos e vislumbrei-lhes a fé na vitória de sua terra mercê das prodigiosas reservas de energia de sua gente; percorri quase todo o Brejo e percebi nas virtudes miraculosas daquele arenito fertilíssimo - que é, ali, o suporte geral de todas as culturas - e no abundante suprimento d'água, seja de origem meteorológica seja de proveniência subterrânea, as justificativas mais elementares daquela formidável aglomeração humana e da abundância d'aquelas colheitas.

Eu via então aquilo e comparava as regiões. Comparava o Brejo com o nosso agreste úmido, e, lobrigando imediatamente os motivos do desenvolvimento díspar de ambos, só encontrava um símile para a prendada região paraibana - no Cariri cearense: as mesmas coisas se justapõem com admirável precisão em relação aos dois rincões nordestinos, as mesmas determinantes fisiográficas condicionando-lhes a

existência magnificamente e a zombar da madrasta brutalidade de de uma natureza circulante que as enfaixa e destaca...

Mas não se estadeiam somente estas duas regiões em nítido destaque dentro do Nordeste.

Uma há, também, igualmente assinalada, nitidamente destacada dentro da imensa área demarcada pelas secas no Brasil. E tem, porventura, uma história mais rude, mais comovedora. Porque, nela, o homem fez tudo: fez a terra e fez a água. É o Seridó - no Rio Grande do Norte.

Regressando desta viagem, gravei logo as minhas impressões sobre este marcante contraste entre as duas regiões, escrevendo sobre "O Brejo e o Seridó", a página seguinte.

"Pela madrugada, o trem parte de Borborema, e depois de algum tempo de viagem, Pirpirituba aparece, na bruma da manhã, adormecida ainda.

Itamataí, que é ainda Brejo, é atingido em pleno dia. As serras começam agora, a se afastar para o poente. Em Sertãozinho, ou pouco antes, termina o Brejo, e daí por diante, até as linhas do Rio Grande do Norte, caminha-se progressivamente para a catanga; mas, antes de Caiçara, as serras, que ao poente seguiam a linha Norte-Sul, começam a infletir para o interior com orientação totalmente diversa.

Os relevos do solo, mais próximos, culminam, agora, na bossa granítica, isolada do poente de Caiçara e desaparecem de vez.

Avista-se, então, o grande maciço da Borborema que se vai distanciando para trás ao sul, envolto naque-

les nevoeiros matinais, tão conhecidos no Brejo, e mais tarde, quando o sol avança e a montanha se destouca, aparece, ao longo, azulando, a grande linha plana da cumiada da serra.

Ora, depois de Alagoa-Nova ao sul, e de Caiçara ao Norte, a Borborema toma, como já ficou notado, posição inteiramente diversa da que mantém na parte correspondente ao Brejo. Em um e outro ponto, a cordilheira começa a descrever grandes curvas para o interior.

O Brejo será ainda um produto desta vantajosa disposição das serras. Euclides da Cunha assinalou a orientação que seguem estas no Nordeste para concluir que elas, via de regra, nenhum obstáculo opõem aos ventos gerais, que levam, de roldão, as nuvens. É possível, assim, que ao regime de chuvas na privilegiada região paraibana não seja estranha esta feição especial da cordilheira na parte correspondente ao Brejo. Por outro lado, convergindo para a mesma finalidade bemfazeja, está a natureza da vegetação, causa e efeito ao mesmo tempo.

Privilegiada muitas vezes esta maravilhosa região! A natureza quando é avara, sabe sê-lo; mas quando quer e se compraz em proteger, fá-lo escandalosamente, também.

A Borborema para o interior tem uma chapada imensa. A estrada de Parelhas no Rio Grande do Norte a Campina Grande é aberta em sua maior parte no planalto desta chapada ressequida, que se desata em dezenas de léguas em todas as direções, desempenhando a função perfeita de uma esponja.

Porque - as águas do inverno caindo na superfície frequentemente arenosa daquele plano enorme, somem-se

como por encanto... E navegando pelas juntas da ossada granítica, colossal, subterrânea, vem aflorar no Brejo em olheiros perenes.

O Brejo magnificamente irrigado pelo suprimento subterrâneo e pelas águas de proveniência meteórica, dispõe de terras excelentes, o arenito magnífico que é o suporte geral de todas as culturas.

Em pleno Rio Grande do Norte, nas quebradas ao poente, a cordilheira perde suavemente a sua altura; mas arremessando-se ainda para o interior, os seus contrafortes principais - a Serra de Sant'Anna ao Norte e a Carneira ao sul - descrevem um vasto círculo, cujo diâmetro mede dezenas de quilômetros. E o observador que se postar no centro tem a impressão de que está dentro de um anfiteatro vastíssimo...

É o Seridó...

Contemplado do viso das serras circundantes, na época bonançosa dos invernos, quando o panasco ondula à dinâmica das brandas aragens, parece um mar ondeante de verdura. Num momento destes, deve ter apontado por ali o raro colonizador primitivo. Atentando bem na magnificência da paisagem belíssima, foi arrebatado pelas excelências daquela região na exploração da única indústria possível nos sertões, naqueles afastados tempos, a qual havia de se estabelecer em todo Brasil, durante vastos dias, na quietude pacificante, anônima e silenciosa em que se exercia, como se fora efetivamente "o quase único aspecto tranquilo de nossa cultura".

E o Seridó esteve entregue exclusivamente ao pastoreio durante um século, abastecendo-se, desde então, de todas as outras provisões alimentícias, que a sua indústria

não fornecia, no Brejo paraibano.

Relata, porém, um cronista que, em 1825, se descobriu no Seridô um novo Nilo, em cujas areias uma sô enchente de águas polmosas permitia cultivar o milho, o feijão, a batata. Descobriram-se vazantes, que um século depois haviam de ser cultivadas em todos os rios da região, formando uma longuíssima fita verde de cém léguas por dez metros de largura.

Dentro dos estreitos vales, apertados pelos taboleiros, que dão ao observador apressado a impressão de uma região inabitável porque a superfície pedregosa deles é, realmente, áspera, rija, desconversável, se construíram para mais de mil açudes.

A grande modificação, que se operou na atividade rural na área daqueles hoje muito prósperos municípios riograndeses, trouxe-lhes, porém, principalmente, como consequência, a cultura especializada de uma das mais generosas variedades algodoeiras conhecidas no mundo.

E o Seridô, com suas sete cidades e vilas, com suas quatorze povoações em franco progresso, com sua intenso população a formigar pelos roçados, continua a ser, não somente nas secas, mas talvez nos bons anos - o grande mercado comprador do Brejo.

Estabelecido um intercâmbio espontâneo, que o artifício político não deve jamais contrariar porque contra viria às leis naturais qualquer obstáculo que se lhe preten desse opor, o Brejo compra o peixe abundante, o queijo, a carne seridoense.

São duas colméias em que a agitação operária é intensa.

No Brejo, porém, a natureza protegeu e acariciou o homem.

No Seridô, não.

Aqui o homem, de quem o panasco filamentosso, hirto, resistindo impávido, de pé, as longas estiadas de vinte meses sem chuva, é bem o emblema verdadeiro, o homem no Seridô, repito, vai, ao contrário, afeiçoando a delicia de uma vida agrícola sedentária, mais estável - as brutas asperezas de uma natureza madrasta".

Mas a minha atenção, ao visitar a Paraíba, estava também particularmente voltada para um outro problema cuja solução eu tinha a impressão de estar sendo sabiamente encaminhada, ali.

9. O Problema da Conservação de Cereais e Legumes

I - Sua importância:

De muito venho pensando que a conservação de cereais e grãos leguminosos, que temos capacidade de produzir, em escala ilimitada nos invernos bonançosos, é um problema que emparelha com aqueles de mais palpante atualidade no Nordeste.

Não lhe sobreexcedem em importância, convêmhamos todos nisto, nem a construção de açudes, nem a abertura de estradas. A bem dizer, assim como não há no Nordeste um fator exclusivamente responsável pela calamidade inominável que nos martiriza - a seca, também não temos um problema especial, dominando os demais.

O que se nos defronta, na verdade, é um conjunto de problemas por igual importantes, desafiando

todos à ação patriótica dos governos e a iniciativa particular. A iniciativa particular, especialmente.

Ninguém é, por exemplo, capaz de pôr em dúvida a importância da açudagem. É um fator relevantíssimo para o aumento de nossa riqueza. A nossa economia está calcada, sobretudo, na cultura do algodão. Devemos manter a esperança de desenvolvê-la duplicando, triplicando a produção atual. É claro que para isto não nos faltam vastas extensões de terra. No Rio Grande do Norte, elas estão demorando incultas nas planícies aluviais dos rios sertanejos que deságuam ao nascente e ao norte no mar, destacando-se entre elas as grandes várzeas do Mossoró com 20.000 hectares e as da baixa fonte do Assu com 50.000, insignificadamente aproveitadas. Mas, não são estas as principais reservas do Rio Grande do Norte, em terras virgens, da melhor qualidade, próprias para a cultura da malvacea em sua variedade mais nobre.

Ao longo de toda costa setentrional do Estado, estende-se a vasta área, onde estão as terras devolutas. Compreende ela umas quarentas léguas de comprimento por 12 a 14 de largura, que vai do mar ao ponto de interseção nos sertões de pedra do interior. Estes foram preferidos pelo colonizador, porque, além dos campos magníficos, abertos a criação de gado, as reservas d'água nos baixios eram mais seguras. A população, que existe na grande área, onde também se encontram as futurosísimas terras devolutas do Estado, está disseminada, especialmente, à beira-mar num sem número de povoações de pescadores.

Todas estas terras aguardam, porque algumas jamais foram devassadas ou percorridas pelo homem, o esforço, o trabalho humano para se desentranharem em meses aburtes e colheitas luxuriantes. Sente-se, as-

sim, que o elemento que falta é o braço humano. Mas, a margem deste grande patrimônio, o homem é, as vezes, obrigado a evadir-se.

Certo dia, ele não pôde mais resistir e marcou, para a manhã seguinte, a retirada dolorosa. Os primeiros raios do sol encontram-no já a caminho, seguido pela mulher, a filharada toda. Em certo momento param todos. Estão numa iminência, da qual avistam, pela última vez, a paragem encantadora do seu querido sítio. Em baixo, a casinha e, circulando-a, o riacho aterrado de não correr. E, pela alma do sertanejo que não chora, mas tem agora os olhos marejados de lágrimas, passa o sopro da mais alta tragédia.

O homem se expatria provisoriamente. Porque, quando o sertão se renova e, como nos contos de fadas, a terra se transforma por encanto, - ele volta.

Em 1919, no município de Caicó, abarracaram-se em palhoças improvisadas, a margem do açude do "Mundo Novo", para mais de quatrocentas famílias, que se entregaram, até a vinda do inverno em 1920, ao labor das vasantes. Duas mil pessoas, pelo menos, naquele momento e lugar, subtraíram-se, a fuga dolorosa que a seca obriga. Foram as reservas d'água do reservatório, que lhes despiram do espírito o caráter nômade de retirantes. Só o açude desta capacidade pode concorrer para a fixação da população.

Mas, o problema não consiste somente na fixação e estabilização da população atual. Quando se fala ingenuamente em imigração e colonização estrangeira para o Nordeste, eu considero os meios de garantir a permanência em sua terra destas massas de população, que se

multiplicará, dentro em dez ou vinte anos, porque o que é preciso conseguir - e com isto resolveremos o problema de nosso povoamento - é que sejam definitivamente subtraídos do êxodo os nossos patrícios, e que uma tenaz campanha se faça para elevar a média de duração da vida humana pelo combate a sífiles, ao álcool, as verminoses, ao impaludismo, e pela diminuição da mortalidade infantil, elevadíssima.

Ora, não há cultura tão exigente de abundantes braços, como a cultura algodoeira. Não é a abertura do mato, o plantio; não são as capinações nem o beneficiamento do algodão o que exige um tão crescido número de trabalhadores: é a colheita o que subtende um considerável número de braços. Para retê-los na região muito vale o açude com a promessa das vazantes, mas, é indispensável que nos bons tempos, também para melhorar as condições da vida humana entre nós, se cuide, de uma forma séria e definitiva, de aumentar as reservas de alimentação, encaminhando-se, desde já, de maneira a fazer fé, a solução da importantíssima questão da conservação de cereais e legumes que, com a farinha e a rapadura succulentas, constituem a base dessa alimentação.

II - Devíamos vender, mas compramos cereais:

As grandes secas, não raro, apanham o sertão inteiramente desprovido de gêneros de alimentação. Os paióis se esgotaram e nem o milho, nem o feijão, nem a farinha e nem a rapadura, existentes na região são bastantes para o suprimento, durante os longos dezesseis meses da seca. Durante doze meses do ano, em que não houve o bastante para novas colheitas, e durante os quatro meses do ano seguinte, em que o inverno novo e dadivoso permite o sertão desafogar-se da penúria inenarrável, os

gêneros alimentícios da terra faltam e os poucos existentes atingem preços fantásticos. A proporção da elevação é de um para seis, oito e dez. Uma cuia de feijão de cinco litros, que se compra, nos tempos de abundância, ao preço de quinhentos réis, chega a valer cinco mil réis e até mais. Proporção semelhante é guardada em relação ao milho, e aos outros gêneros de necessidade mais imediata.

Esta história é dos nossos dias, mas as crônicas registram igual fenômeno em todos os tempos. Nas secas de 1904 e 1905, na de 1898, nas de 1877-1879, todos os gêneros alimentícios sofreram esta elevação de seus preços.

Nos próprios anos bonancosos, tal é a nossa situação, vamo-nos acostumando, desgraçadamente, a uma certa oscilação dos preços, que só a falta da mercadoria explica. Ninguém quer e é estimulado a aumentar as suas plantações, ou a empregar-se por toda parte na plantação de cereais. Certo, em alguns lugares, existem culturas como a do algodão, mais remuneradoras.

Nas zonas cerealíferas propriamente ditas do Estado do Rio Grande do Norte, a abundância das colheitas nos anos de inverno é apesar de tudo, deveras notável. É o que sucede na zona das serras de Luiz Gomes, S. Miguel, Port'Alegre, Martins e Flores.

Na serra do Martins, por exemplo, um só agricultor, com seus quatro ou cinco filhos, que o auxiliam sempre, consegue plantar e colher 32 cuias de cinco litros de milho. E pequeno, relativamente, é o auxílio que busca entre jornaleiros para as próprias limpas, reduzidas a duas, nos roçados abertos na encosta da serra. Em geral, naqueles terrenos, especialmente nos roçados

novos, o mato a limpar se reduz a algumas moitas, que vão sendo destruídas a direita e a esquerda de uma só vez, pela enxada do trabalhador que realiza, assim, do mesmo passo, a limpa de duas carreiras.

Mais tarde, a casa começa a se atulhar, em todas as suas dependências, com a colheita opima.

O feijão, igualmente, nestas quadras remansadas é produzido em grande escala, especialmente, o conhecido pelo nome de feijão de corda. Muita vez, em certos lugares, esta leguminosa entra a frutificar pela seca a dentro e o novo inverno encontra-a ainda estalando em sementes preciosas, reproduzindo-se, ali mesmo pela deheicencia natural das vagens.

A observação é geral, porém: não vale a pena ampliar as plantações; e, atentando-se bem na situação em que estes esforçados trabalhadores se debatem, acaba-se por lhes dar toda a razão. Quando o sertão é um vasto celeiro, porque o inverno criador permitiu que todos plantassem e colhessem o fruto de seu labor, o milho, o feijão atingem preços ínfimos. Sucede, as vezes, tamanha é a desvalorização que o preço do milho, do feijão não compensam a própria colheita, isto é, a quebra do milho, o seu transporte para casa e o empaiolamento conveniente e usual, na espiga ainda empalhada.

Em Luiz Gomes, serra das mais agrícolas do Estado, há uns quatro anos mais ou menos, deu-se, segundo informações fidedigna, este fato que dispensa comentários: um agricultor vendeu a um tropeiro cem alqueires de milho com a condição deste retirar o cereal do próprio roçado, onde ainda permanecia como secara em espigas, nas hastes, condenado a perder-se, pelo preço de

cem mil réis, ou fosse a mil réis o alqueire de cento e sessenta litros.

Na terra, ninguém já compra o milho e o feijão; e os mercados consumidores, que estão fora do Estado, estão a grandes distâncias, mas a maior a vencer acha-se dentro do próprio Estado: vai do centro produtor ao porto de embarque a beira-mar!

Igualmente inútil seria produzir em larga escala com intuito de armazenar as colheitas e vendê-las na época de crise. Debalde tentaria fazê-lo sistematicamente o sertanejo pelo processo que, insistindo, utiliza sempre com prejuízo. O danoso inseto que é o gorgulho (*Bruchus*), também conhecido por bicho ou caruncho, não permite jamais.

Assim, os principais obstáculos, que vão entrando o desenvolvimento da cultura do milho e do feijão no Rio Grande do Norte - e o mesmo sucede na Paraíba, no Ceará, no interior pernambucano, - se reduzem a dois: a distância enorme a vencer para os mercados consumidores externos e a dificuldade de conservação destes grãos alimentícios.

Somos, paradoxalmente, ao invés de uma região exportadora de gêneros alimentícios, um mercado grandemente comprador. No momento em que as secas dessôbra o organismo econômico do Estado, do Nordeste todo, paralisando a vida, queimando os campos, secando as águas, entramos a comprar, cada vez mais, estes gêneros que devíamos vender sempre, e as últimas reservas de capital restante são dessangradas na aquisição deles nas cidades importadoras a beira-mar.

Precisamos inverter esta situação ou, pe-

lo menos, criar uma, em que venhamos a nos bastar a nós próprios.

Com este último fim, a questão da conservação perfeita dos cereais sobreleva em importância ou, pelo menos, em urgência, a do transporte fácil e barato. Assim é que, bom ou mal, caro ou barato, temos o transporte feito por estes tropeiros de todo o Nordeste, levando os gêneros alimentícios a toda parte, enquanto não se generalisa, em condições econômicas, o transporte de mercadorias em automóvel e enquanto as estradas de ferro não penetram no âmago dos sertões.

O que urge desde já - é tornar possível, garantida, remuneradora a ampliação da produção de cereais, encaminhando-se a aparelhagem necessária para a sua conservação, durante anos seguidos.

III - Métodos de conservação usados:

Nas regiões, onde o milho é cultivado no Rio Grande do Norte, o processo mais generalizado de conservá-lo é o empaiolamento na própria espiga, arrumando-se uma sobre a outra, enchendo-se, assim, diversos compartimentos da própria casa de residência. Algumas vezes, certos agricultores derramam uma camada de cinzas sobre as espigas arrumadas, e de espaço a espaço, vão repetindo esta prática. Tem-se observado que, no alto das serras, o milho conserva-se menos que nos sertões, por este processo.

Como quer que seja, tanto nas serras como nos sertões, ao cabo de algum tempo, o milho é atacado pelo gorgulho e inteiramente destruído. A devastação começa sempre pela ponta da espiga, mas termina sendo completa. Toda a espiga de milho fica prejudicada e abso

lutamente imprestável.

O feijão é guardado em sacas de estopa ou de couro. Costuma-se, às vezes, adicionar ao feijão, com a intenção de conservá-lo, também uma certa dose de gorduras. Não está verificado, porém, que estas tenham virtudes imunizadoras, se bem que possam concorrer para aumentar, por algum tempo, o poder de conservação do legume. Em latas, garrafas e garrafões são guardadas e mais seguramente conservadas algumas porções deste grão alimentício, que, exposto ao ar, qualquer que sejam as precauções, termina sempre por ser atacado pelo gorgulho.

No Seridó, que é no Rio Grande do Norte a região onde se fazem todos os anos a renovação e depósito do milho e feijão necessário a subsistência no ano seguinte, o processo empregado é diferente. Estes gêneros são guardados ali em umas espécies de tanques de tijolo, ordinariamente rebocados, construídos a um canto da sala. O milho ou feijão é colocado nestes tanques ou paióis, de mistura com a areia finíssima peneirada e colhida nos rios. Alguns destes paióis comportam ainda assim duzentas ou trezentas cuias de milho ou feijão. Se considerarmos que nos seis municípios, que compreendem o Seridó, existem aproximadamente pela extrema subdivisão da terra ali, umas três mil propriedades - da maior à menor - e que rara é a casa que não dispõe de um paiol, poderemos fazer um cálculo da quantidade deles naquele resistente rincão sertanejo.

O processo em voga no Seridó, é mais eficaz do que o usado em todas as outras regiões do Estado, e esta sua eficácia explica-se, em primeiro lugar pelo dessecamento que a terra opera no grão porventura não bem seco ainda, e, depois, porque as camadas de areia, es

pecialmente a superior que é mais compacta, privam o milho ou feijão guardado, de maneira mais ou menos perfeita, do contato do ar. É claro que, onde não há ar, não há vida. O gorgulho fica assim privado de exercer a sua função destruidora, com mais frequência. Porém, - é preciso notar, - conservado o milho e o feijão por esse processo, não ficam eles imunes de serem atacados pelo caruncho, de que a borboleta que começa a esvoaçar sobre o paiol de milho e a febre, que aquece o do feijão, são os seus prenúncios indicadores e infalíveis.

Este processo, que é aliás o mais adiantado em uso no Rio Grande do Norte, tem ainda duas grandes desvantagens. Em primeiro lugar, obriga a um trabalho onerosíssimo, qual seja o do transporte de areia e de sua passagem em uma peneira, seguindo-se a mistura desta areia com o grão dentro do paiol. Isto, que é fácil de realizar em relação a pequenas proporções do cereal a guardar, torna, senão impossível, extraordinariamente penoso o depósito em grandes massas, como é preciso que se passe a fazer. Claro é também que a areia toma um espaço considerável no paiol ou celeiro, reduzindo-lhe a utilidade. Depois, - e esta é a outra desvantagem assinalável, - a areia termina por comunicar ao milho, ao feijão um certo gosto peculiar de terra e, quando isto não sucede, acontece sempre que imprime ao cereal ou legume guardado um aspecto embaciado ou poeirento que lhes diminui naturalmente o valor.

É preciso, portanto, apelar para novos processos de conservação destes gêneros alimentícios. A experiência tem demonstrado suficientemente que, com as práticas usuais entre nós, no Nordeste todo, não é possível nem subtraí-los ao poder destruidor do gorgulho - que é um para o milho e outro para o feijão, ambos, porém, com igual capacidade destruidora - nem também tor

nar possível, sob uma base segura, a expansão da cultura nas proporções desejadas.

Apelando para estes novos processos bastar-nos-á assimilar o que já se pratica com proveito real entre outros povos, adaptando, ao nosso meio e as suas exigências próprias, portanto, o que se vai fazendo lá fora.

Ora, o que a experiência desses povos tem demonstrado é que melhor que os celeiros, os silos conservam todos os cereais e legumes.

O silo pode ser feito de madeira, onde esta for abundante e barata, mas, não oferece garantia absoluta; as fábricas americanas ultimamente oferecem grandes tipos fabricados de ferro, que têm desvantagens posteriormente enumeradas; pode-se construí-lo de tamanho reduzido, com tijolo e cal; mas, só o silo de cimento armado é garantidor e perfeito, sob um maior número de aspectos.

IV - Ensaio na Paraíba e no Ceará:

Nos Estados vizinhos do Ceará e da Paraíba, ensaia-se, sob os melhores auspícios ou antes com magnífico resultado, o silo de cimento armado. Deve-se a sua introdução ao engenheiro americano, dr. Frank Machner.

O dr. Machner propunha-se, como ainda sucede, a construir silos para o armazenamento de forragens e de cereais. Não creio que possa, já e já, ser generalizado e tenha probabilidade de ser construído, mesmo em pequena escala, entre nós, o silo, com a finalidade de guardar forragem. A qualidade do nosso rebanho,

que não pode ser modificado para melhor rapidamente, por que temos de atender as nossas próprias condições, não justifica uma despesa considerável, como obriga a fazer a construção de um silo.

Quando as nossas condições forem outras, permitindo, pelo menos, que uma certa parte do rebanho de cada criador seja arrecadada ou composta de espécimes dispondo de uma média de peso avultado e alta capacidade leiteira, estou que o silo para forragem é uma medida a ser introduzida na prática de nossa criação de gado. Por ora, não será, ainda, de todo, uma coisa rigorosamente econômica. O nosso gado é criado, de pequeno porte que é, a gandaia, em plena liberdade, no campo. Condições especiais, que não quero versar aqui, privam-nos de dispor de forragem em condições de garantir a estabulação.

Em relação ao silo para conservação de cereais não se dá outro tanto. É sob o ponto de vista estritamente econômico que ele se recomenda, como examinarei depois.

V. História dos silos na Paraíba:

Quero fazer aqui um ligeiro histórico dos silos na Paraíba. Em 1921, o dr. Solon de Lucena observava: "sabendo que a criação intensiva está estreitamente ligada ao regime das médias e dos silos, contratei com o engenheiro americano H. Frank Machner, a construção de dois daqueles reservatórios, com a capacidade de cinquenta toneladas cada um, nas zonas mais secas do Estado, para que ao menos sirvam de estímulo aos nossos criadores. Penso que sem a média dos pastos e o ensilamento dos pastos e cereais, a criação, a agricultuta e a própria vida do homem no sertão, no Curimataú e até mesmo na catinga, continuará vária e desequilibrada".

S. Excia, acha, muito certamente, que esta providência entende com as próprias condições íntimas e, por assim dizer, vitais das gentes do Nordeste. Um ano depois, S. Excia. já informava: "Feito para modelo e estímulo a curiosidade dos nossos agricultores, o silo construído em Arara mostrou as populações daquele povoado e arredores como é possível conservar o milho e outros cereais, a salvo das pragas que os atacam, ficando assim resolvido praticamente o problema da conservação dos mesmos e, se houver um pouco de iniciativa individual regularizada, de vez, a valorização daqueles gêneros de primeira oferta e da procura. Com a capacidade de cinquenta toneladas foram nele guardadas, por espaço de 6 meses, 1700 cuias de milho havendo sido encontradas, ao fim desse tempo, em perfeito estado de conservação."

Em setembro de 1923, afirmava ainda o sr. presidente da Paraíba: "Folgo em poder transmitir-vos a lisonjeira notícia de que me não enganava quando, a título de estímulo a curiosidade de nossos agricultores, mandei por conta do governo, construir silos em Arara e Catolé do Rocha. Diante dos seguros resultados obtidos na imunização dos cereais guardados, vários fazendeiros seguiram o exemplo e vi, com desvanecimento de minha parte, ascenderem a onze os silos construídos no Estado, no pequeno espaço de um ano, devidos quase todos a iniciativa particular".

Existem, hoje, na Paraíba doze silos, porque o major Barôncio de Lucena acaba de construir um em Borborema, ao qual me referirei detalhadamente.

Quase todos estes silos são de cinquenta toneladas, o que vale dizer, têm capacidade para seis mil e quinhentas cuias de dez litros de milho ou feijão.

VI - Capacidade e condições de êxito do silo:

O dr. Machner se propõe a construir silos de 50, 56, 100 e 150 toneladas. O maior destes silos tem, assim, capacidade para armazenar quase vinte mil cuias de cereal. É um tipo recomendável somente para quem se proponha a explorar a indústria ou o comércio de cereais. Para quem não tenha esta finalidade em larga escala, parece que é preferível um tipo menor, talvez um silo de 25 toneladas que, mesmo em época de escassez de cereal, poderá ser logo inteiramente cheio, evitando-se, assim, que durante algum tempo, porque o silo não esteja cheio, o gorgulho disponha de algum ar a custa do qual possa ir vivendo.

Mas, preferido um tipo maior, ainda é possível conjurar este mal dotando-se o reservatório de compartimentos o que é em todo caso uma coisa útil entre nós. Primeiro, pelo motivo acima referido; segundo, porque o silo poderá ser utilizado, ao mesmo tempo, para diversos cereais; depois, finalmente, porque aberto o silo e convindo que seja logo retirado ou vendido o cereal guardado, ir-se-á, assim, esvaziando o silo por partes.

As principais condições de êxito do silo resumem-se em depositar o cereal depois de bem seco, o que se consegue entre nós expondo-o ao sol durante dois dias pelo menos, e em conservar hermeticamente fechadas as portas do silo.

Os silos de cinquenta toneladas consistem, na Paraíba, em uma construção cilíndrica em cimemto armado com 8 metros de altura e 4 de diâmetro. Os que observei estavam providos de 5 portas pelas quais se vai fazendo o depósito do cereal e vão sendo fechadas suces-

sivamente, colocando-se em redor deles uma fita de borracha para impossibilitar, de todo, a passagem do ar. É recomendado, ainda com o mesmo fim, calafetar, com um betume qualquer, estas portas, fechadas pelo arrocho de um sistema de polcas que determinam a justaposição mais ou menos perfeita das paredes do silo a madeira das mesmas portas. Parece, estretanto, que seriam preferíveis as portas de metal, com as quais, sem estas precauções extremas, seria possível fazer o vedamento, especialmente se considerarmos que as pessoas que têm de lutar com o silo nem sempre terão o cuidado que eles exigem neste sentido.

O silo de cimento armado é uma construção definitiva, que terá, independente de conservação dispensdiosa, duração secular. Só o cimento armado, também, oferece plenas garantias de resistência a qualquer pressão, dado que a coluna de cereal armazenado, quando o silo estiver cheio, será muito pesada.

VII - Silos em Itabaiana, Campina Grande e Pombal:

De conformidade com as informações que obtive, os silos construídos em Itabaiana e Campina Grande funcionaram com resultados satisfatórios. O dr. José Queiroga, que mandou construir dois em Pombal, mostrou-se-me amplamente satisfeito com os resultados que tem obtido, confessando-me que, de certa vez, o milho que depositou em um dos silos já estava atacado de gorgulho, para acrescentar logo ter observado que este não se aguentara em baixo na primeira porção de milho depositada, subindo para a parte superior logo que se ia operando o enchimento. Nestas circunstâncias ainda, o milho foi encontrado todo positivamente como havia sido ensilado.

VIII - O silo de Arara:

O silo de Arara acha-se construído nu ma depressão do terreno, que desce para o pequeno vale, onde foi construído ali um açude, muito próximo ao povoado. Buscando fundações o seu construtor, dr. Machner fê-lo de forma que os dois primeiros metros ficam abaixo do nível do solo. Este silo tem, assim, uma parte subterrânea e outra de seis metros que se eleva a cima do solo. Construído talvez com o fim de armazenar forragem foi em primeiro lugar utilizado para cereal. No centro da placa que forma o fundo do silo, existe um ralo que por um cano deixa passar para o tanque subterrâneo qualquer água, que a forragem, especialmente, deixa escorrer. A pa rede do silo tem a espessura de 20 centímetros e nela se acha encravada, junto as portas, uma escada de grampos de ferro. Na parte superior, termina o silo por uma pirâmide, na qual se encontra a última das portas, que são como já referi, blocos de madeira que fecham de dentro para fora.

Quando se abriu este silo, depois de mais de dois anos de cheio, o que se fez no começo do corrente ano, com o fim de fornecer semente aos planta res de milho, foi observado, segundo ali me informaram, que havia, em baixo, no fundo do silo, uma pequena coluna d'água de três palmos que inutilizara o milho que ela molhava. Não é possível atribuir a penetração desta água por infiltração através da parede do silo. Poderá suceder que a placa em baixo não seja muito sólida e tenha na mesma se operado algum rasgão. Também poderá acontecer que esta água tenha penetrado pelo ralo, mas é para notar que ela não se tenha esgotado por este. Não parece, porém, que a sua entrada tenha sido pelas portas, porquanto o outro milho achava-se em perfeito estado. Ape

nas uma camada de duas polegadas de espessura aderente a toda parede do silo estava umedecida ligeiramente e o milho, como se diz vulgarmente, estava inchado ao redor do silo nesta tênue camada, o que talvez se explique pela circunstância de ter sido utilizado o silo ainda úmido, logo após a sua construção.

Em outros poucos silos se verificaram estes episódios.

IX - O silo de Borborema:

Outro silo que tive oportunidade de examinar, pertence ao major Barôncio de Lucena, que preferiu localizar a construção em ponto elevado, sobre uma rocha compacta, dentro da Vila de Borborema. A rocha foi perfurada em seis centímetros para a fundação do silo que tem capacidade para seis mil e setecentas cuias de cereal. Este silo tem dois compartimentos, sendo a divisão operada por uma placa também de cimento armado, colocado precisamente de modo a dividir o reservatório em duas partes iguais, uma superior e outra inferior. Ocorre ainda que o esvaziamento deste silo, ao invés de ser efetuado pelas portas destinadas exclusivamente ao enchimento, será feito por duas válvulas correspondentes a cada compartimento, e isto permitirá que se vá retirando o cereal a vontade, mais espaçadamente sem o perigo da abertura das portas.

Foi este o custo deste silo em Borborema:

Extração de pedra para a fundação	30\$000
" " " " britar	60\$000
Britamento de pedra (a marreta):	
- 120 barris de pedra (tipo de cimento de	
180 quilos)	240\$000

- 80 barris de areia do mesmo tamanho	80\$000
- 600 dias de serviço de jornaleiros a 2\$500	1:500\$000
- 40 dias de serviço de pedreiro a 6\$000	240\$000

Administração:

- 75 dias do administrador a 20\$000	1:500\$000
- 5 portas de madeira a 20\$000	100\$000

Ferragem:

- 450 quilos de vergas de ferro a 1\$200	540\$000
--	----------

Cimento:

- 45 barricas de 180 quilos a 60\$000	2:700\$000
---	------------

Reboco:

- Material e operários	200\$000
- Gratificação ao administrador e eventuais	<u>820\$000</u>
SOMA	8:000\$000

Este silo foi construído sob as vistas imediatas do próprio dono e mesmo que não estivesse provido de dois compartimentos, o que lhe elevou, naturalmente, o preço, não só por um maior dispêndio de material como pelo emprego de maior número de dias de serviço, ainda não teria sido caro. O que encarecerá também a construção de silos pelo interior, onde eles desempenharão fatalmente um papel importantíssimo, será o transporte caro e difícil do material.

X - O silo é de fácil construção:

Quero assinalar agora mesmo, que o silo não é uma destas construções de que só um engenheiro ou arquiteto possa encarregar-se. Qualquer destes homens práticos e hábeis que possuímos por toda parte, pode depois de certo tirocínio ou aprendizagem construí-los perfeitamente nas mais completas condições de segurança.

O silo do Major Barôncio de Lucena, por exemplo, foi construído, do princípio ao fim, sob a direção do sr. Severino Guilherme de Figueiredo, residente em Timbaúba, rua da Constituição n. 17 (Pernambuco). Este rapaz acompanhou a construção de alguns silos, aqui dirigida pelo dr. Machner e, apesar de jamais ter visto silos, além dos que ajudou a construir, está, hoje, habilitado a construir qualquer tipo.

XI - Modificações a introduzir no plano do dr. Machner:

A prática vai ensinando que se deve introduzir certas modificações no plano dos silos adotado pelo dr. Machner, com o fim de melhor adaptá-los ao nosso meio. O dr. João Suassuna, que foi sempre um espírito muito preocupado, com as questões desta natureza, tem suas gestões muito razoáveis a respeito. Entende que devem ser abolidas as portas e o enchimento deverá ser feito pela parte superior do silo, que, ao invés de terminar por uma pirâmide, finalizar-se-á por uma superfície de plano ligeiramente inclinado para o centro, onde está o orifício de carga, feita rapidamente porque o cereal escorregará por gravidade, mal seja derramado em toda esta superfície referida, que poderá ser protegida por uma cobertura qualquer que até abrigará o operário, quando em cima estiver recebendo o cereal.

XII - O que fará o Presidente Suassuna:

O dr. Suassuna, Presidente eleito da Paraíba, afirmou-me que é seu intuito difundir os silos, quanto lhe for permitido, em seu Estado, convencido que é, pois é dono de um em Taperoá, dos benefícios que eles acarretarão. Procurará construí-los premiando a quem desejar o silo, com uma certa parte do custo do mesmo, que

ele mandará construir por conta do Estado, só recebendo a cota de preço devida pelo beneficiado, depois de ultimada a construção. Para realizar isto, com segurança e presteza, mandará vir dos Estados Unidos, pelo menos, duas formas metálicas que reduzirão o trabalho.

XIII - O silo de cimento armado é um benefício aristocrático:

A simples enunciação do preço de um silo, que é, na verdade, de nove a dez contos para um destes reservatórios com a capacidade de sete mil cuias de dez litros, está indicando que o silo de cimento armado, destas proporções, é um benefício um pouco aristocrático por efeito do seu custo. Naturalmente, ele é acessível a muitos fazendeiros abastados, que precisam dele munirse, quanto antes, no Rio Grande do Norte.

É também do ponto de vista comercial que ele se recomenda, como emprego lucrativo de capital que representa. Basta considerar-se que o silo, ao ser esvaziado pela primeira vez, fornece compensação absoluta: paga toda despesa de construção, indeniza o preço do cereal comprado e fornece lucro, que a tanto ajuda a diferença de sete mil cuias de feijão comprado a preço ínfimo e vendido pelo preço elevado que atinge em certos momentos.

Acontece, porém, que, ainda que os governos intervenham auxiliando na construção dos silos aos particulares, a grande massa da população; que precisa ser especialmente beneficiada, não poderá fazer aquisição do silo em cimento armado.

Ocorre, por outro lado, que a necessidade sentida pela maior parte dos pequenos agricultores

é de armazenas menores quantidades de cereal, o bastante para a alimentação de sua família no ano seguinte, que é sempre uma interrogação diante do sertanejo.

O meio de conjurar este inconveniente consiste na adoção de um outro tipo de silo com as mesmas vantagens de preservação absoluta, de capacidade muito inferior, isto é, para 100, 200, 300 cuias de cereal, mas incomparavelmente mais barato e inteiramente acessível a todo mundo.

É o silo de ferro galvanizado.

XIV - Silos de ferro:

Os pequenos silos de ferro proporcionalmente são pouco mais baratos do que os de cimento armado. É claro que, de ferro, poderíamos ter também os silos do tamanho e capacidade desejados. Mas, os silos de grandes proporções com oito, dez e mais metros de altura, são, como é natural, construções que ficam expostas as intempéries das chuvas, aos rigores do calor solar. Então, é que se compreende por que motivo as grandes construções de ferro não resistem a um confronto com o cimento armado. O silo de ferro, que sendo de grande capacidade tem também preço elevado, não seria jamais de duração igual ao de cimento.

Mas, não está nisto a desvantagem máxima do silo de metal. O ferro exposto, por isto mesmo que é um corpo bom condutor de calor, está sujeito, não só a resfriar-se demasiadamente como a absorver todo o calor solar e aquecer-se muito.

Está verificado que a ação destruidora dos germes decresce sempre que a temperatura é inferior

a 20 graus centígrados ou sobe acima de 40. No primeiro caso será o frio e, no segundo, o calor - o agente desta diminuição. A temperatura no Nordeste, tomada de conjunto em um ano como convém aqui, oscila entre máximas e mínimas normais, que não descem muito além de 18 graus e nem se elevam, frequentemente, a mais de 32º, a sombra. Ao sol, porém, chegamos, frequentemente, a ter máximas muito superiores a 40 graus, acima dos quais somente, sob um certo aspecto, como ficou notado, esta temperatura alta é favorável.

No silo de ferro, é claro, qualquer que seja o grau de calor, este é imediatamente comunicado ao cereal. No silo em cimento armado, não. A parede um tanto espessa atenua os rigores do frio, o excesso de calor.

Ora, sendo continuamente expostos ao calor que um silo de ferro, ao ar livre, comunicaria sempre, ao cereal nele depositado, o milho e o feijão, perdem, fatalmente, o seu poder germinativo e chegam a alterar-se, assim, em suas propriedades nutritivas e organolépticas.

XV - Silos em Rio Branco e em Princesa:

Na zona de Rio Branco, em Pernambuco, está generalizado um tipo de silo de ferro galvanizado, que é abrigado em qualquer compartimento da casa. Para mais de mil silos desta natureza, estão espalhados por ali, produzindo os resultados mais satisfatórios. A capacidade destes silos ali fabricados varia com o desejo de quem pretende adquirir: vai do pequeno tipo de 75 cuias de 10 litros, aos de 200, 300, 500, 600 e até 1000 cuias de cereal. O tipo mais procurado é o de 200 cuias, que é vendido por 250\$000 ou 300\$000. É preferível, talvez, en

silar 1000 cuias de feijão ou de milho em 5 silos d'este tipo, do que em um de 1000 cuias de capacidade, que fica exposto a ser aberto continuamente. Usa-se como betume para vedar o tubo de carga e a válvula de descarga, o sabão comum que afugenta os ratos, etc. Este tipo de silo de 200 cuias pode ser transportado para qualquer parte em carros de bois.

Da região de Rio Branco, estes silos passaram ao município, rico em cereais, que é Princesa, na Paraíba, e ali se disseminaram abundante e rapidamente.

Um comerciante em Princesa, o sr. Nebridio Granja é possuidor de tantos silos de ferro galvanizado que vive especialmente do comercio de cereais, explorando exclusivamente este negócio rendosíssimo, mesmo sem que sobrevenham as secas, mercê das oscilações do preço a que vivem o milho e o feijão sujeitos. Em outubro do ano passado, uma cuia de feijão ali estava sendo vendida por 3\$000 e agora estava custando 8\$000!

O dr. Suassuna chamara a minha atenção para estes pequenos silos ou depósitos, que encontrara em Princesa e o sr. Inocência Nóbrega, chefe de uma firma comercial naquela cidade sertaneja, então, a passeio na capital paraibana, forneceu-me estes detalhes.

A firma Inocência Nóbrega explora mesmo o negócio de venda destes silos, e mantém uma fábrica dos mesmos, em que trabalham continuamente de seis a oito operários.

Contou-me o sr. Inocência que é muito comum, em dias de feira em Princesa, o sertanejo, que comprou 150 cuias de cereal comprar dois destes silos com a capacidade de 75 cuias cada um e conduzi-los logo em uma

carga, porque o animal suporta bem o peso de dois depósitos vazios desta capacidade.

XVI - Os tanques do Seridó:

No Seridó, sendo impermeabilizadas, a cimento, as paredes dos tanques ali existentes e fechadas por um teto, também de cimento, a parte superior dos mesmos, creio que se poderia fazer utilização mais proveitosa dos paióis, abandonando-se a prática prejudicial da conservação do milho e do feijão de mistura com areia.

XVII - Conclusão:

Quando, em cada município do Estado do Rio Grande do Norte, se elevarem dezenas destas interessantes construções, que são os silos de cimento armado, a cultura do milho e do feijão deixará de ser a coisa pouco remunerada que é atualmente, e pela procura crescente destes produtos, os preços compensadores se normalizarão. E agora que se deve pensar em fornecer arrimo as populações do interior, numa época de crise, dentro do nosso próprio Estado, prevendo, dirigindo, auxiliando as migrações provisórias para os vales úmidos do litoral, é justo que se encaminhe a solução deste problema de conservação de cereais, porque, decerto, ao lado de outros fatores, ela concorrerá, em alta escala, pela segurança das grandes reservas de alimentação, durante as próprias secas, para a fixação definitiva da nossa gente em seus próprios lares.

Foram estas, as observações que registrei ao regressar da Paraíba, publicando-as em fascículos a que dei certa divulgação.

Desta minha campanha logrei felizmente resultado apreciável, porque dentro em pouco tempo, no distrito de Parelhas, o cidadão Manoel Virgílio do Nascimento, possuído de verdadeiro entusiasmo, iniciava a construção dos primeiros silos de ferro galvanizado, montando para isto, naquela então vila, uma pequena oficina.

Assinalo com prazer que aquele cidadão deve ser considerado o pioneiro deste grande empreendimento no Rio Grande do Norte, e disto dou o testemunho de quem interessando-se pelo assunto, como me sucedia, bastantes vezes com aquele esforçado trabalhador tive de trocar idéias a respeito, estimulando-o e facilitando-lhe a utilização de certas vantagens que o nosso regimento tributário lhe assegurava, como se fosse, por exemplo, a isenção do imposto de incorporação para o ferro galvanizado e outro material que a sua patriótica indústria teria de empregar.

Manoel Virgílio construía os silos e fazia a propaganda da conservação do milho e do feijão. Vendia a princípio os seus depósitos, sem lucro apreciável, com a condição do pagamento efetuar-se ao cabo de alguns meses, na ocasião de abertura do silo e se o cereal ensilado estivesse perfeito. Foi além. Com a finalidade de convercer os seus patrícios, de desfazer a incredulidade sertaneja fez o mesmo negócio garantindo que o próprio milho e o feijão, já tocados pelo bicho, seriam ainda assim conservados da maneira por que fossem recolhidos aos silos, porque morreriam irremessivelmente todo o existente gorgulho.

Parece que isto representa uma coisa tão sabida que a ninguém deveria ser permitido ignorar que onde não há ar não há vida. De resto os próprios matutos deviam estar convencidos desta verdade diante da prática, tão usada entre eles, do depósito em garrafas e latas de querozene,

hermeticamente fechadas. Mas a indisfaçada desconfiança do nosso homem é um sério obstáculo a vencer.

Manoel Virgílio bateu-a, felizmente, em toda linha; fez exposição do seu tipo de silos em diversas cidades seridoenses, e, dentro em alguns anos, a confiança geral se estabelecera, começando ele a receber uma tão vultuosa encomenda que sentiu não poder dar-lhe satisfação oportuna. Teve, então necessidade de instalar melhormente a sua modestíssima oficina e ampliar a sua capacidade de produção. Por milhares, e não já somente por dezenas ou centenas, se contam hoje os silos de sua fabricação em municípios seridoenses. De diversos recantos do Estado chegam-lhe as solicitações, como de cinquenta destes depósitos que lhe vem de fazer recentemente um conhecido agricultor e industrial do município de Angicos.

Estou agora convencido de que o tipo de silo, destinado a prestar, no momento, os melhores benefícios no Estado, é este, de ferro galvanizado, acessível a bolsa do mais modesto agricultor.

Será ele também que terá de fazer a educação de nossa gente e determinará o aumento da nossa produção, a qual por sua vez provocará a construção dos silos de cimento armado perfeitamente justificáveis, então, nos centros exportadores e nas zonas intensamente produtoras.

Por esse motivo, porque representam no modesto meio econômico do Estado, benefícios verdadeiramente aristocráticos, os silos de cimento armado não lograram, entre nós, maior aceitação, resumindo-se a um somente a construção deste tipo no Rio G. do Norte. Refiro-me ao silo de Nova Cruz, construído pelo sr. Aristides Carneiro com o auxílio do governo estadual, na administração do dr. José Au

gusto.

10. Novamente Comissionado para o Departamento de Agricultura

O dr. José Augusto não prescindira dos meus serviços, desejando-me mais imediatamente junto a sua administração, e, a 7 de março de 1925, me nomeou novamente, em comissão, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Agricultura e Obras Públicas.

Ao retomar as antigas funções, e ao examinar agora mais de perto a situação geral do Estado, particularmente as suas condições financeiras, compreendi perfeitamente como se tornara difícil e quiçá impossível dar qualquer eficiência mais apreciável aos diversos serviços que o Departamento deveria naturalmente encaminhar.

O ano de 1921, fora uma expressiva mostra dos excessos climáticos a que, não raro, estamos sujeitos. Agora o que nos afligia era o excesso de chuvas, de chuvas torrenciais, intermináveis, prolongando-se por semanas a fio, determinando prejuízos de natureza variada.

No sertão os danos consistiam principalmente no arrombamento de dezenas e dezenas, talvez de centenas de açudes, abalando a economia sertaneja de diversas formas: é o capital investido na parede do açude, que se evaporou; é o novo dinheiro que precisa ser empregado na reconstrução da barragem, o que se subtrai a outras aplicações já visadas; é o lucro cessante que proviria da água armazenada que se foi, de roldão, pelo rio abaixo; é a devastação que estas águas fazem nas terras cultiváveis a juzante, descar-
nando-as completamente.

Mas nem a pastagem, nem as plantações podem prosperar com estes paroxismos pluviais quando os taboleiros duros se transformam num atoleiro intransponível e água verte de todos os lados. O trabalho se interrompe porque o homem que suportara os sóis adurentes, não resiste à carga de chuvas que não permitem as capinações. E as ervas de gramíneas e plantações que não secaram pela ausência de chuvas, amarelecem e definham agora com o excesso d'água.

É assim para o milho, o feijão, o alodão.

No litoral, a leste do Estado, processara-se fenômeno diverso, muito curioso. Aqui, de uma forma geral, o que se passou foi a morte de todos os canaviais, imersos no vasto lençol d'água das inundações durante vinte, trinta e mais dias. Mas as propriedades, situadas nesta parte a margem dos grandes rios que têm suas origens nas serras longínquas do interior, não foram propriamente roubadas em suas terras pelo estrago que as águas rumorosas das enchentes, via de regra causam. Ao contrário. Operou-se em todos estes vales, a superposição de uma espessa camada aluviana, na longa faixa das várzeas já cultivadas. As terras à margem destes rios sofreram um notável levantamento, constatado e medido pelo soterramento dos canaviais e cercados que desapareceram, ou mostravam apenas a ponta das estacas. Em muitos casos a irrigação destes terrenos se tornou, posteriormente totalmente impraticável.

Diante de tudo isto e por efeito do reflexo que o desmaio sofrido pela economia particular havia de ter no Tesouro do Estado, também chamado a fazer despesas inesperadas com socorros urgentes as populações flageladas pelas inundações, percebia-se bem que a nossa situação financeira não comportava novos empreendimentos. E tanto não comportava que o governo se achava em dificuldades sérias na-

quele primeiro semestre de 1925, causadas principalmente por arrojadas iniciativas que tivera, no setor das Obras Públicas, ao abrir-se aquele quadriênio administrativo.

Efetivamente ainda em março de 1924, o dr. José Augusto incumbira o dr. Henrique de Novaes dos estudos do abastecimento d'água e dos esgotos de Natal, e a Comissão de Saneamento, sob a direção daquele engenheiro em junho daquele mesmo ano tinha posto o problema em seus devidos termos.

De como ela se houve no desempenho do encargo que recebera, consta pormenorizadamente dos relatórios oportunamente dados a publicidade.

O certo é que logo foram encomendados os materiais necessários ao início dos serviços e sérios compromissos eram, assim, evidentemente assumidos, ao lado de outros decorrentes de serviços de grande valia logo realizados a título de emergência, como fossem as perfurações de uma série de poços, efetuados na Usina do Oitizeiro.

O governo que, não contando com a diminuição da receita pública, aumentara os vencimentos do funcionalismo público efetivamente mal remunerado, se achava, ao alvorecer de 1925, a braços com fortes compromissos e na contingência de abandonar o seu plano de melhoramentos materiais da cidade.

Em vez de prosseguir na execução destes,urgia reço^{mp}or a situação financeira do Estado, e a mim intimamente se afigurou logo que a primeira coisa a fazer seria defini-la clara e iniludivelmente em algarismos que não permitessem dúvidas e apontassem a orientação indeclinável de uma nova rota por terrenos firmes.

E foi justamente o que fez a administração pública, iniciando logo uma série de providências condizentes com a compressão das despesas, adiando para melhores dias o seu generoso plano de trabalhos.

Ora, ao chegar novamente ao Departamento de Agricultura, eu via sem ilusões esta situação nitidamente desenhada aos olhos de todo mundo. E não insisti.

Limitei-me, durante os quatro meses e oito dias em que permaneci à frente do malogrado aparelho administrativo, à superintendência dos serviços já existentes, tendo a mais, somente promovido uma limpeza da baixa fonte do Ceará Mirim.

O governo do Estado, porém, julgara conveniente cometer-me encargos de outra natureza, e por ato de 10 de março de 1925 dava-se a incumbência de, em companhia do Coronel Pedro Soares, Cícero Aranha, Alfredo de Carvalho, e Theóphilo Brandão, examinar a situação do Departamento da Fazenda e do Tesouro, dar-lhe novo regulamento e propor todas as medidas julgadas convenientes ao bom andamento dos serviços e restauração das finanças estaduais, visivelmente abaladas.

Esta Comissão trabalhou com seus vagares durante uns dois meses na dupla preocupação: dar novo regulamento ao Departamento e modificar, de pronto, o sistema de percentagens atribuídas aos exatores da Fazenda.

É certo que a isto não se reduziam as modificações que se deviam operar no Departamento para transformá-lo em um aparelho administrativo, capaz de informar a qualquer momento ao governo sobre a situação de qualquer aspecto da despesa e o montante de qualquer detalhe da receita.

O que se chamava então Renda Interna pouco avultava, mas a receita proveniente da Exportação lograra ascender a vultuosas importâncias, especialmente porque o principal produto de exportação - o algodão - atingira preços fantásticos e conservava-se ainda em franca e remuneradora alta.

A percentagem aos exatores era descontada do montante da Receita arrecadada em cada Mesa, e, se bem que não fosse obrigatório o despacho do algodão no município produtor, encontrava-se o meio de fazer avultar a receita da repartição, despachando-se nestas as grandes partidas de algodão que já estavam fora da jurisdição da Mesa, tranquilamente depositados nos grandes armazéns das casas compradoras e exportadoras das cidades a beira-mar.

E se estabelecera, então, forte competição entre os agentes da Fazenda por toda parte. Não só isto. O trabalho se fazia, as escâncaras, junto às grandes firmas comerciais que eram solicitadas para concederem o benefício de uma preferência nos despachos. Comerciantes de Natal e Mossoró iam por isto fazer os seus despachos em Assu, Sant' Anna do Matos, Martins, Nova Cruz, etc. Dizia-se que não havia ilegalidade nisto, porque o algodão saíra as mais das vezes, com guia de trânsito do município produtor e promessa de despacho ulterior, nem também havia desonestidade por parte dos exatores.

Havia, porém, duas outras coisas: a possibilidade de certos entraves no livre trânsito da mercadoria, e uma desigual e excessiva remuneração dos serviços.

Ainda hoje restam os atestados da situação privilegiada destes empregados do Tesouro, consistentes em haveres legalmente adquiridos por estes, mas nem ao menos

entrevistos em sonho por funcionários de outras categorias, também destacadas, no Estado.

Considerarei sempre que só em parte eram razoáveis as verdadeiras recriminações que se faziam diante destas percentagens que davam aos administradores de mesas de renda, anualmente, em alguns casos, até dezenas de contos de réis, e não tive dúvidas em convir que estas remunerações eram excessivas, lembrando também que urgia por outro lado não tirar aos exatores o estímulo forte do aumento da Receita sobre a qual sempre haveriam de ter a sua percentagem.

O Decreto nº 275 de 4 de junho de 1925 que regula o sistema de percentagens, gratificações e quotas aos exatores da Fazenda Estadual tem o objetivo de remediar o inconveniente apontado e satisfazer também a exigência que assinalei.

Consigno, de passagem, aqui que o melhor êxito foi obtido pelo tempo adiante com a providência constante do art. 5 deste decreto, que limitava aos impostos e taxas compreendidos na rubrica - Renda Interna - a redução da percentagem, pois estes quadros da Receita acusariam logo um aumento sensibíllissimo.

Em meados de julho eu deixava mais uma vez o Departamento da Agricultura, solicitados os meus serviços noutra Departamento.

11. O Departamento da Fazenda e do Tesouro do Estado

A 16 de julho prestei o compromisso entrando nesse dia em exercício do cargo de Diretor do Departamento da Fazenda, para o qual fora nomeado por ato do dia ante-

rior.

A minha primeira preocupação foi definir claramente o montante das responsabilidades do Estado, pois consigno, de passagem, que tendo o Governador viajado para o Rio de Janeiro ainda em julho daquele ano, foi com verdadeira surpresa que recebeu, ao voltar em Agosto, as primeiras informações que lhe fui ministrando.

As minhas pesquisas iniciais se fizeram durante quarenta dias de trabalhos em que me empenhei, com uma boa turma de funcionários do Departamento, dia e noite.

A lei nº 598, de 11 de dezembro de 1924, orçara a receita e fixara a despesa para o exercício financeiro de 1925, nestes termos, em algarismos globais:

Receita	6.000.000\$000
Despesa	5.911.934\$000

Por que seis mil contos de receita e não sete, oito ou nove? Por que seis mil contos sem fração de espécie alguma?

Ver-se-á depois no curso desta narração a explicação, a resposta a estas interrogações.

Quero por ora assinalar somente o tamanho da receita estimada para se ter uma idéia da significação das responsabilidades do Tesouro naquele momento.

Estas elevavam-se no dia 30 de setembro a 2.038.008\$821 assim discriminadas:

a) Contas processadas na Secção	
de Despesa	617.672\$075
b) Depósitos na Caixa Econômica	156.040\$790

c) Direitos a pagar na Alfândega pelo material do saneamento, inclusive ágio-ouro	87.393\$870
d) funcionalismo: pagamento ainda não realizado dos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro, segundo os dados colhidos nas folhas de pagamento	1.080.027\$574
e) Dívida ao Banco do Natal, segundo c/c extraída por este e conferida pelo Tesouro	90.008\$690
SOMA	2.038.008\$821

Para fazer face a estes compromissos dispunha o Tesouro de:

a) Dinheiro em cofre	52.712\$429
b) Depósito no Banco do Brasil	95.727\$280
TOTAL	148.439\$709

Da comparação destes dois totais fica demonstrado que o deficit naquele momento, se elevava a 1.889.569\$112. O deficit apurado, que o real era maior, por que os juros de apólices correspondentes ao primeiro semestre de 1925 não fora ainda calculado ou contado completamente, visto como certa parte de possuidores desses títulos só os apresentavam ao Tesouro quando se estava efetivamente realizando o pagamento destes juros.

E por que dependia da apresentação das apólices - o cálculo dos juros que a estas competiam? Devo dizer tudo francamente: não encontrei e nem havia registro de espécie alguma concernente ao movimento da emissão e resgate desses títulos no Tesouro.

Mas além destes juros de apólices, o deficit aqui apontado tinha a agravá-lo, até dezembro, a superveniência de algumas contas de que o Departamento ainda não tinha notícias, especialmente na Secção dos Serviços Urbanos, com autonomia administrativa completa e absoluta dependência financeira do Tesouro que fazia, em regra, a cobertura imediata de todas as dívidas daquela proveniência.

Diante disto, por mais otimista que fossem as previsões da receita nos próximos meses que se seguiriam, nos quais as exportações dar-se-iam seguramente mais volumosas, não era de crer que os recursos do Tesouro em 31 de dezembro fossem bastantes para solução de todos os seus compromissos.

Em face de um longo e minucioso exame das despesas realizadas sobre a rubrica - Pessoa - verificara-se que estas se elevavam mensalmente a 323.000\$000, abandonadas as frações e incluindo neste cômputo aqui o pré-t às praças da força pública.

As despesas compreendidas na verba - Material - elevam-se mensalmente a mais de 200.000\$000, abrangendo-se nesta verba - os expedientes, o material propriamente dito como mobiliários, combustível e sobressalente para automóveis, material para as obras públicas, reduzidas estas mesmas ao estritamente indispensável. Nela deviam ainda ser incluídos o aluguel de prédios, água, asseio, fardamento a funcionários e a força pública, forragem, munição, vestuário a detentos, publicações, passagens, telegramas, fornecimentos diversos aos estabelecimentos de caridade da capital, inclusive farmácia do hospital, suprimentos a Repartição de Serviços Urbanos etc. etc.

Do cotejo de todos os elementos eu previa que o saldo devedor do Tesouro no fim do ano não poderia ser in

ferior ao verificado em dezembro do ano anterior (1924) e que montara em 1.609.939\$050.

Mais tarde quando enviei ao governo a proposta de orçamento para 1926 e ao falar sobre a Verba - Exercícios Findos, estimei este deficit em 2.500.000\$000. A liquidação do exercício de 1925 veio demonstrar que ele se elevou a 2.363.560\$110.

Como vimos a receita para este ano fora estimada em seis mil contos e o exercício se liquidava com um deficit de quase dois mil e quatrocentos contos!

Para mim este resultado era a consequência inevitável de vícios naturais na administração pública do país, também consequentes, entre nós, da falta absoluta de contabilidade pública em condições de esclarecer, a todo instante, o administrador que autorizava as despesas no rumo, sem atenção à receita cuja situação, via de regra, candidamente ignorava. Esta é que era a verdade.

No Rio Grande do Norte, isto se passara com uma tranquilidade de causar pasmo. É que desde a administração Ferreira Chaves a receita começou a crescer e a despesa continuava fixada nos moldes antigos, muito baixa, e o mesmo, mais ou menos, veio a suceder no governo do dr. Antonio de Souza. A proporção que o dinheiro ia excedendo das despesas normais fixadas, ia se gastando em novos empreendimentos cautelosamente, e assim a situação se manteve equilibrada, espontaneamente, por efeito deste progressivo aumento das rendas.

Mas, como já observara muito criteriosamente o dr. Souza, rara era a despesa que estava no orçamento devidamente fixada, pois todas as verbas eram excedidas, diante das novas exigências do serviço público, convindo, a todo tran-

se, registrá-las, na lei de meios com inteira obediência às realidades.

De semelhante orientação financeira, que aliás já representava um grande benefício para o Estado, o que resultava era a surpresa contínua diante dos embates contínuos com as secas freqüentes que nos visitavam; era o desequilíbrio, o atraso geral dos pagamentos. Nunca fizemos realmente uma reserva: gastávamos quanto ganhávamos. Por outro lado assemelhávamo-nos sob dados aspectos, a certos comerciantes em cujas mãos a fortuna não pode jamais se consolidar porque têm no cérebro o registro de todas as suas operações.

Ou melhor, aos nossos mais modestos e aos mais abastados dos nossos agricultores que só empregam a mais rudimentar contabilidade. Se lhes perguntades a estes porque não utilizam uma escrituração mais completa que lhes demonstraria o lucro ou prejuízo de seus negócios, eles responderão: "ora tudo isto é meu e assim não vale a pena tomar nota".

Ora, nas esferas da administração pública, nós não tomávamos também nota; nota completa, nota verdadeira. Nem quanto à despesa, nem muito menos quanto à receita. Confiávamos placidamente que esta aumentasse sempre.

O dr. José Augusto não fugiu à regra geral. Confiou, porventura, mais que os seus antecessores no desenvolvimento automático da renda do Estado, e generosamente aventurou-se em empreendimentos de que teve necessidade de retroceder.

E fê-lo quando já estávamos a braços com o deficit que apontei, numa conjuntura dolorosa, suscetível de causar tonteira. É que o algodão que lograra o preço ofi

cial médio de 5\$500 em 1923 e 4\$800 em 1924, descera a cotação oficial média de 2\$800, por quilo em pluma, em 1925. E o algodão era responsável por mais da metade da nossa receita.

Em documento oficial que apresentei ao Governador eu observava: O Rio Grande do Norte não pode suportar a liquidação contínua de seus exercícios financeiros com o deficit avultado que se vem registrando sempre.

Para nós, o grande perigo de um deficit vultuoso não consiste na significação da própria quantia que o constitue. Como estas moléstias que cobram a economia do organismo humano, grande soma de energia exaurindo-o e predispondo-o para outros males fatais, o deficit torna anêmico o nosso delicado organismo financeiro, enfraquece-o e deixa-nos, afinal, em condições de não suportarmos os abalos profundos com que devemos sempre contar, tal é a certeza com que nos visitam as crises climatéricas.

E não fiquei em meias palavras. Propus a fixação da despesa para 1926, em moldes mais baixos que a autorizada para o exercício então vigente, e acentuei que reputava indispensável o mais cuidadoso empenho na execução do orçamento votado, traduzindo-se no respeito devido aos créditos distribuídos, a intensificação da arrecadação e criação de novas fontes de rendas.

Quanto à fixação da despesa que devia ser diminuída, eu declarava: certamente seria coisa pueril supor que o corte mais ou menos profundo nas despesas bastaria para equilibrar finanças.

Naturalmente esta redução nas despesas é, em toda parte, o fator capital do equilíbrio orçamentário. No Rio G. do Norte há, particularmente, aspectos do problema

da despesa pública que estão ferindo de maneira impressionante a atenção de qualquer pessoa. Entre eles este: não se pode conceber que com uma receita orçada em seis mil contos, o Estado gaste quase quatro mil contos somente com a verba Pessoal quer se trate de funcionários efetivos, adidos, aposentados, em disponibilidade, no montepio, quer se trate de diaristas e mensalistas.

Porque se é fatal a despesa de Material, continuando o Estado a suportar o mesmo peso quanto a Pessoal, o regime do deficit continuará com todos os prejuízos dele decorrentes, criando-se uma tal situação em que se perpetuará a impontualidade do pagamento ao funcionalismo e aos fornecedores do Estado.

Mas todo mundo estava compreendendo que uma tal situação não poderia perpetuar-se e sua solução podia, apenas ser protelada por alguns dias mais, causando esta protelação graves prejuízos porque o remédio, que terá de ser ministrado fatalmente, teria de lutar com o estado avançado da moléstia.

Se é certo que "todos os países que empreenderam (depois da guerra) a campanha de sua reorganização financeira não o fizeram senão procurando diminuir os encargos do erário com empregados desnecessários e inúteis ao Estado", é certo também que neste pequeno recanto do Brasil o fenômeno se deve processar de maneira semelhante. Mas não basta esta redução na verba - Pessoal. Não basta a maior contenção na despesa em geral compreendida sobre a rubrica - Material.

É preciso que seja ativada a arrecadação e que instituíamos novas fontes de receita, que a isto nos impele sem recursos a formidável depressão das rendas proveni

entes do imposto de exportação, se bem que uma nova tributação deva ser moderada e não deva incidir sobre contribuintes ou mercadorias que já estão sujeitos a determinados impostos.

Para que o administrador tivesse a todo instante informações seguras a respeito da renda de que poderia dispor, e para que tivesse imediatamente o conhecimento da situação de cada verba da despesa, o Departamento estava se aparelhando convenientemente, habilitando-o a este respeito indispensável e proibidoso na execução orçamentária.

Com a adoção destas providências, o deficit seria eliminado nos exercícios futuros e seria paga em breves dias a operação de crédito que aconselhei para o pagamento de todos os compromissos do Tesouro.

A indeclinável urgência deste pagamento era ressaltada pela enfraquecida resistência do nosso meio econômico.

Nesse entretanto apresentei ao Governador a proposta de orçamento para o exercício de 1926, precedida da seguinte

Exposição de Motivos

Enquanto a administração do Estado se entregava à meditação das considerações que, com a maior franqueza eu fizera através do meu primeiro relatório datado de 10 de outubro e desta exposição de motivos feita, onze dias depois em 21 daquele mesmo mês, o Departamento prosseguia sem cessar os trabalhos de renovação que estavam ao seu alcance.

Dera-se, como já vimos, uma lei reguladora da economia íntima do Departamento e modificara-se o sistema

de percentagens e quotas aos seus funcionários, mas a Comissão encarregada de estudar as condições do Tesouro não julgou efetivamente terminada a sua missão.

Urgia fazer, descendo ao detalhe:

- 1º) a sistematização de todos os serviços afetos ao Departamentos;
- 2º) a revisão geral dos diversos regulamentos parciais de impostos.

As instruções para o serviço de escrituração no Tesouro e nas outras estações arrecadadoras deveriam emanar logoda própria direção do Departamento, e a Secção de Contabilidade as forneceu dentro em pouco.

A comissão já tantas vezes aqui referida reduziu-se a três membros porque o sr. Coronel Pedro Soares entrara para o montepio e o cidadão Theóphilo Brandão ficara em disponibilidade, e manifestaram intento de não continuarem nos trabalhos, até que afinal veio ela a contar também com o auxílio e a colaboração constante e muito proveitosos dos competentes e laboriosos funcionários do Tesouro - Aldo Fernandes e Cleto Câmara.

O Decreto nº 285 de 3 de dezembro de 1925 regulamentando a arrecadação dos diversos impostos do Estado, também apelidado Legislação Fiscal do Rio G. do Norte, é o resultado de um longo trabalho estafante de Cícero Aranha, Aldo Fernandes e Cleto Câmara ao qual me associei, apenas, quando de conjunto reexaminamos o trabalho maior de cada um.

Nele ficaram condensadas as normas reguladoras da arrecadação dos impostos de exportação, indústria e profissão, incorporação, consumo, transmissão inter-vivos e causa-mortis, selo e do sal.

Só em 26 de janeiro de 1926, porém, pôde ser decretado o regulamento que veio sistematizar os diversos serviços que ficavam afetos ao Departamento.

Neste, além de se fazer a reprodução das disposições concernentes à economia interna da Repartição, legislava-se sobre o serviço de contabilidade devidamente capitular em contabilidade geral, exercício financeiro, proposta de orçamento, receita e despesa públicas, créditos suplementares, extarordinários e especiais, operações de crédito, depósitos, bens móveis e imóveis, inspeção e fiscalização.

Ali ficaram perfeitamente estabelecidos os processos de multa e de recursos, as condições de admissão de despachantes, a forma dos contratos e dos leilões etc. O Departamento ficara, assim, aparelhado com as leis suficientes para cooperar numa urgente e salutaríssima renovação dos processos administrativos no Estado.

Assim, tudo, ia naturalmente depender da fiel execução deste plano, em boa hora delineada pelo governo.

Pela conduta seguida por este na organização do orçamento que deveria vigorar em 1926, bem se pode compreender as suas patrióticas disposições, e a série de providências, que o dr. José Augusto tomou, contrariando amarguradamente os próprios impulsos do seu magnânimo coração, atestará, pelo futuro a dentro, que ele esteve na altura do momento, cumprindo, em toda linha, o que reputava, e era na verdade, o seu dever.

Vejamos, assim, como se fez este orçamento.

A nossa realidade política, que não me parece oportuna ou indispensável examinar detalhadamente aqui para

continuar esta narração, impunha que o governo confeccionasse o orçamento ouvindo os órgãos técnicos da administração e de algumas classes interessadas, fazendo-o votar pelo Congresso Estadual, composto, via de regra, de cidadãos que se sentiam recompensados de todas as canseiras de uma vida atarefada no apaziguar as questões do seu burgo no interior, com a honraria especial de uma deputação.

A organização de um orçamento era, na verdade, tarefa bem superior as forças dos homens bons que o sertão nos mandava.

Ao tempo da Colônia os homens bons da terra tiveram uma parte muito interessante e significativa no sistema de administração civil e judiciária, mas as coisas naquele tempo eram de uma simplicidade que o simples bom senso tudo podia resolver.

Hoje, porém, a complexidade é de tal forma inenarrável que além do bom senso, o exercício de uma função, como esta de fazer um orçamento, exige também certos conhecimentos especializados. Não é que isto seja coisa do outro mundo, mas não era razoável esperar que de uma tal assembléia, ou de uma assembléia qualquer para falar a verdade, saísse uma coisa como o momento estava exigindo.

Alguns senhores deputados tinham habilitação para entrar nestas apreciações e, via de regra, entravam por fazerem parte da chamada Comissão de Finanças.

O certo é que o círculo dos que de fato assumiam a direção do orçamento se restringia tanto mais sob a presidência do próprio chefe do governo, quanto mais se sentia que todas as responsabilidades recairiam exclusivamente sobre este próprio governo. E quando as providências a tomar assumiam este caráter cirúrgico, esta feição pouco aca-

riciante de remédio heróico, então é que esta minguada companhia se reduzia cada vez mais. Porque ninguém facilmente queria despir-se do pendor amigueliro, mas sobretudo porque ninguém de boa vontade queria afrontar a naturalíssima animadversão dos interesses particulares contrariados pelos imperativos inelutáveis da salvação pública.

O governo terminava quase sempre por pedir a colaboração exclusiva dos chefes de serviço, especialmente do Inspetor, agora do Diretor do Tesouro.

Assim todos os auxiliares de governo vieram sucessivamente à fala.

O dr. Amphilóquio Câmara, Secretário Geral do Estado, não tinha possibilidade de sugerir grandes reduções na despesa porque o setor em que tinha interferência a Secretaria Geral do Estado - no orçamento de 1925 tiveram uma dotação de 106.800\$, mas ainda assim esta despesa era fixada em 75.000\$000, para 1926. É certo que a despesa realmente efetuada pela Secretaria Geral em 1925 foi de 118.414\$017.

O dr. Nestor Lima, Diretor do Departamento da Educação, que é o compartimento da administração em que a despesa é mais estabilizada, achava muito naturalmente que o Estado precisava de muito mais escolas além das que mantinha e confessou, francamente, o seu escrúpulo em propor a supressão de qualquer delas. Alvitrou, contudo, algumas pequenas diminuições da despesa, que reputava possíveis no Departamento, sem desorganização dos serviços.

Silvino Bezerra, Diretor da Segurança Pública examinou as diversas despesas do Departamento que chefiava, sugerindo em várias verbas, certas reduções e propondo a diminuição de cincoenta praças no efetivo da Polícia Militar.

O dr. Varella, este queria mais dinheiro. Não era possível; o Rio Grande do Norte estava se estiolando de endemias e a Saúde Pública mal pudera afirmar que existia, embora ainda não satisfatoriamente, dentro da capital. Era preciso levar ao interior os benefícios da assistência pública. E sustentou impavidamente a urgência de todas as medidas sanitárias que lembrara em seu recente relatório: a criação de um lactário, a melhor instalação do Departamento, o aumento de guardas, a criação de uma inspetoria veterinária para exame das carnes e leite, a criação do leprosário etc.

Era difícil resistir ao dr. Varella Santiago, que exercitava, na verdade, uma certa ditadura. A ditadura do bem, a ditadura do devotamento incondicional ao interesse público.

Porque no desenvolvimento do seu plano de execução para melhoramento das condições sanitárias de Natal não foi somente ao extremo do dispêndio considerável de energias físicas e mentais e ao dissabor de ser forçado a afrontar a impopularidade: sacrificou os seus interesses particulares também de certo muito respeitáveis, relegando para um segundo plano as preocupações com a sua vasta e rendosa clínica.

De tudo isto provinha a grande autoridade de Varella Santiago, que desde alguns anos pregava e executava, num formoso apostolado, a proteção e assistência à infância no Rio Grande do Norte.

O dr. Meiroz Grillo que me substituíra no Departamento da Agricultura tinha no meio de tudo aquilo a certeza de que nada poderia fazer, e displicentemente nada objetava em face da perspectiva de quaisquer reduções que

viessem a ser necessárias. Parece que o Diretor da Agricultura tinha uma certa presciência da transitoriedade de suas funções.

Eu já expusera, vezes sem conta, ao Governador, verbalmente e por escrito, o ponto de vista em que me colocava.

O dr. José Augusto recolhia todas as sugestões e depois de muito somar, diminuir, multiplicar e dividir, olhava para os quadros de receita que o Departamento da Fazenda organizara abrangendo os seis anos anteriores e eu lhe apresentava lealmente: evidentemente ainda não eram bastantes as reduções sugeridas.

E resolveu trabalhar comigo, face a face, numa sondagem mais profunda em todos os departamentos da administração.

Os quadros da receita que pacientemente eu organizara relativamente aos seis anos de 1919 a 1924 inclusive, demonstravam que a média anual tinha sido de 5.115.148\$544. Para organização destes quadros em condições de se poder avaliar qual a receita real com que podíamos contar, o dinheiro de contado que deveria entrar para os cofres do Estado, duas dificuldades se antepuseram.

Em primeiro lugar a contradição entre as fontes de informação, e ainda hoje, por conta desta disparidade - quem se aventura a fixar observações sobre a nossa vida financeira, incorrerá sempre no perigo de ser contestado com argumentos tirados da mais sadia proveniência oficial. Aproveitei-me diretamente dos balanços encontrados no Tesouro.

Depois, em segundo lugar, para o fim que eu

colimava, que era o de mostrar ao governo com que quantia em dinheiro verdadeiro ele podia realmente contar, era necessário expurgar no cômputo certos títulos de receita que equivalem a um simples jogo de cifras compensadas por outras na despesa. E assim, desde que a preocupação era apurar o que havia de consistente,urgia eliminar certos títulos de receita extraordinária sempre duvidosa; de emissão de apólices - expediente sempre oneroso ao presente e ao futuro que precisava ser abolido ou restringido; de operações de crédito que além de não serem sempre possíveis representam quase sempre o pouco respeito à dotação orçamentária; de Caixa das Secas que nem por ser uma das mais belas iniciativas da administração republicana, pudera ou podia ter execução; da despesa a anular que nada significava como coisa que pudesse dar dinheiro etc.

Cinco mil cento e pouco contos, a receita média, previsível também para 1926 a fim de fazer face a uma despesa que, da maneira por que estava posta, exigia mais de seis mil e novecentos contos.

Exponho tudo muito lealmente: eu preferi calcular a receita baseando-me no exame dos seis anos anteriores, abandonando o critério do chamado exame direto. E o que diria este exame direto? Diria que no exercício imediatamente anterior (1924) a receita arrecadada tinha sido de mais de seis mil e cem contos, mas o algodão que em 1923 valera oficialmente em média 5\$500, já fora comprado a 4\$800 em 1924, e estava pagando imposto de exportação agora, em 1925, sob a base de 2\$800 por quilo em pluma. Diria mais que o decréscimo da renda já em 1925 era, por isso mesmo, sensibilíssimo.

O quadro era, portanto, de molde a permitir acalentar-se esperanças num aumento de receita?

Absolutamente não. Era de esperar, ao contrário, dentro das possibilidades de um orçamento de receita semelhante ao que se estava executando (1925) uma forte depressão nas rendas em 1926.

E não precisei compulsar compêndios para lembrar o que se devia fazer em tal situação. Sugeri o ataque por dois lados, diminuindo-se a despesa e procurando-se elevar a receita.

Ora isto é o que qualquer pessoa de bom senso médio poderia naturalmente aconselhar.

E se a receita do Estado ia ser aumentada com as novas tributações e pela arrecadação mais cuidadosa, para que fazer amputações na despesa, cortando funcionários, diminuindo-lhe os vencimentos e suprimindo até alguns serviços?

Confesso que tudo isto sugeri ao Governador como se costuma dizer - muito de caso pensado.

A perspectiva da diminuição das rendas era aterroradora, e eu mantinha firme a convicção de que assistia àque la administração a obrigação de pagar, antes de expirar, qualquer empréstimo que viesse a contrair para nos desafogar na aflitiva conjuntura em que nos encontrávamos.

Na verdade eu não tinha grandes esperanças de que a receita viesse a crescer abundantemente em 1926 com a instituição das novas fontes de renda e por um sistema de melhor arrecadação. Decerto algum aumento se teria de verificar, mas nem era possível calculá-lo convenientemente, nem por conta dele, assim tão impreciso, convinha deixar em andamento certos serviços que podiam ser adiados.

Da supressão destes resultaria naturalmente um certo alívio para o Tesouro, que melhormente poderia habilitar-se para o pagamento da operação de crédito julgada imprescindível.

Poderá ter parecido a alguém que havia pessi mesmo de minha parte na previsão da receita, e um certo exa^{gero} no aconselhar ao governo, fortes reduções da despesa. Mas, diante do que acabo de expor, creio estar perfeitamen te justificada a minha atitude.

A verdade é que o programa era do governo. Es te é que não se arreceiava de ter a seu lado, como auxiliares, pessoas que lhe falavam com absoluta franqueza e inte ra confiança, como sucedia a todos os chefes de Departamentos.

E foi debaixo dessa atmosfera, na residência particular do governador, por dias seguidos, no mês de novembro de 1925, em pleno funcionamento do Congresso Estadual, francamente apologista de uma modificação na situação, que eu iniciei com aquele o exame final do orçamento que deveria vigorar em 1926.

O dr. José Augusto deu logo o seu apoio às mo dificações propostas a respeito da forma que guardavam até então os orçamentos.

Na república, os orçamentos estaduais antepuseram a receita à despesa até 1901; de 1902 até 1920 a despesa é colocada em primeiro lugar, mas em 1921 retornamos à primeira prática que é rigorosamente muito mais lógica. Como é que se começa por determinar que se vai dispende tanto, sem primeiro examinar de quanto se dispõe para gastar?

A precedência do exame da receita e de sua co

locação no orçamento merecia ser mantida, porém, como já fi
cou dito, ela deveria sofrer, por necessidades da nova es
crituração, uma outra classificação. Em vez de constituir
se de:

- renda de exportação;
- renda interna;
- renda com aplicação especial, propunha-se:
 - a) receita ordinária compreendendo:
 - 1) renda dos impostos;
 - 2) renda patrimonial;
 - 3) renda industrial.
 - b) receita extraordinária;
 - c) receita com aplicação especial.

A parte formal na distribuição da despesa era conservada com ligeira alteração.

A grande modificação dizia respeito à substân
cia da receita e da despesa que passavam a ser consideradas
minudentemente. O orçamento para o ano de 1926 inaugurou
mesmo, debaixo desse aspecto, na vida administrativa do Rio
G. do Norte, uma profunda transformação.

Pela primeira vez, pelo menos no período repu
blicano, a receita não aparece em nossas leis de meio, como
uma expressão mais ou menos vaga. Em verdade, na confecção
dos orçamentos entre nós, só a fixação da despesa preocupa
va: na distribuição das rendas, que teriam de vir natural
mente, estava o único cuidado.

Porque, logo depois, mal se terminava esta o
peração de aritmética, proçlamava-se imediatamente que a re
ceita deveria ser tanto ou quanto, sempre o necessário para
cobrir aquela despesa fixada.

Nem a menor demonstração de que havia sido

convenientemente atendida, em detalhe, a situação de cada uma das fontes de renda, tendo-se em vista o que elas haviam produzido em um certo número de anos, ou o que poderiam produzir pela superveniência de certas condições atuais que demandavam um exame direto.

Decerto, este exame não era desnecessário, mas a sua ausência era compreensível num período em que a receita evoluía sempre das cifras insignificantes dos começos da república ai montante de quase 900% daquelas, trinta e cinco anos depois.

Agora, porém, a situação era outra: só um produto de exportação pela sua depreciação, ia deixar de fornecer ao Tesouro quantia superior a dois mil contos, que tamanha era a diferença entre o arrecadado em 1923 e o suscetível de fornecer algodão em 1926. Isto em um orçamento de menos de seis mil contos de receita!

Bem sei que em futuro não muito remoto estas cifras parecerão minúsculas para o próprio Rio G. do Norte. Hoje mesmo, em 1930, depois que a receita do Estado ascendeu a onze ou doze mil contos, parece que elas já diminuíram de importância. Mas não é propriamente assim, porque o que dá relevo e significação à situação financeira do momento que estou examinando é, em primeiro lugar, a perspectiva de diminuição de um terço das rendas em um só imposto e em relação a um só produto, e depois a formidável desproporção entre a receita arrecadável e a despesa naturalmente fixada.

Só, portanto, um processo rigoroso de previsão e exame da situação poderia tornar menos dolorosa a caminhada em 1926. E foi o que se fez, ficando-me a impressão de que na vida do Rio G. do Norte jamais houvera, até então, necessidade de descer a exames tão minuciosos por par-

te da administração.

A receita foi orçada tendo-se em atenção a mé dia da renda de um sextiênio (1919-1924), observando-se o critério já por mim indicado e referido aqui. Havia, no con junto deste espaço de tempo, o período de um ano de seca, fator negativo que não pode ser abandonado ou esquecido por quem quer que tenha, realmente, a preocupação de harmonizar a nossa situação financeira com as contingências.

